

**450 mil desempregados**

✱

**34% de taxa de inflação  
em Dezembro**

✱

**949 mil portugueses  
à procura de emprego**

✱

**2 000 000 000 000\$00  
de dívida externa**

✱

**Mais de meio milhão de trabalhadores  
com contratos a prazo**

✱

**Gasolina a 97\$00**

✱

**Gasóleo a 56\$00**

✱

**Killowatt a 8\$16**

✱

**Botija de gás a 793\$00**

✱

**Desempregados 247 mil jovens  
com menos de 24 anos**

✱

**150 000 trabalhadores  
com salários em atraso**

**É A REALIDADE QUE IMPÕE**

**GOVERNO SOARES/MOTA PINTO**

# RUA!

## DELEGAÇÃO DO PCP NA BULGÁRIA E ROMÉNIA

Comunicado conjunto PCB-PCP e notícia na pág. 3



### A árvore da amizade

No decorrer da visita da delegação do PCP à Fábrica de Componentes Electrónicos, em Sófia, o seu director e o camarada Álvaro Cunhal plantaram, no jardim fronteiro ao edifício, a pequena árvore que a gravura mostra. Uma pequena árvore que — como disse na altura o director da empresa — crescerá tal como tem crescido e continuará a crescer a amizade entre os comunistas portugueses e búlgaros, entre os povos de Portugal e da Bulgária.



**A direita contra  
a vontade de Vizela**

  
**ÁLVARO CUNHAL  
EM COIMBRA  
NO ENCONTRO  
DE QUADROS  
CAMPONESES  
DA BEIRA LITORAL**

**Domingo, 12 às 10 horas  
Salão do Rancho**

## O «PACOTE» AUTÁRQUICO DO GOVERNO PS/PPD

Suplemento

# SEMANA

## 1 Quarta-feira



Cheias em Moçambique

A CGTP-IN distribuiu um comunicado condenando os novos aumentos decretados pelo governo PS/PSD e acusando o executivo de prosseguir uma política de «completa submissão ao FMI e ao imperialismo e de degradação externa da situação económica e social do nosso país».

O Conselho de Jurisdição do PSD informa que vai propor o afastamento do grupo parlamentar dos dois deputados apositos que votaram contra a proposta de OGE apresentada pelo Governo.

O secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, é galardoado em Sófia, Bulgária, com a Ordem de Dimitrov. Um grupo de construtores civis do Norte anuncia a formação, até ao fim deste ano, de um banco privado para apoiar as suas actividades.

O presidente libanês, Amin Gemayel, afirma ao «Washington Post» que a saída dos marines do Líbano implicaria a sua substituição «por um conselho revolucionário ou pelo caos».

Começa nas Filipinas uma marcha de protesto contra o referendo organizado por Marcos para prolongar a ditadura.

Cheias no sul de Moçambique provocam milhares de desalojados e um número indeterminado de mortos.

## 2 Quinta-feira

Enquanto os protestos contra os aumentos de preços alastram para os mais diversos sectores da vida nacional, a CCT da Petrogal informa que a subida dos combustíveis não beneficia a empresa e, embora o Estado arrecade 53\$70 por litro de gasolina super, essas receitas não são aplicadas para o desenvolvimento do país mas sim a favor do grande capital.

O Conselho de Ministros cria por decreto o chamado Conselho Permanente de Concertação Social.

Segundo a Anop, o tabaco e as taxas da RTP vão aumentar de preço este mês.

Uma empresa da Figueira da Foz apresenta à Ordem dos Engenheiros o computador Ener 1000, de fabrico nacional.

Toma posse em Caracas o social-democrata Jaime Lusinchi, novo presidente da Venezuela.

As autoridades soviéticas consideram que o orçamento militar apresentado por Reagan, o maior de sempre, confirma que os EUA se preparam para continuar a guerra nuclear.

## 3 Sexta-feira



Greve da F. Pública

Os trabalhadores da Função Pública cumprem uma greve nacional de 24 horas, em protesto contra a política do governo para o sector.

Após ter votado contra a despenalização do aborto no plenário da AR, o CDS apresenta nos debates na especialidade três projectos defendendo o aborto terapêutico, eugénico e por violação.

Começa no Porto o Festival Internacional de Cinema Fantástico, Fantástico.

A Guarda Fiscal anuncia que o contrabando de géneros alimentícios foi o que mais aumentou em Portugal, no ano passado.

O governo da Nicarágua pede uma reunião de urgência do Conselho de Segurança da ONU, após o bombardeamento de alvos civis nicaraguenses pela aviação hondurenha.

Margaret Thatcher é recebida pelo presidente da Hungria, Janos Kadar, no âmbito de uma visita oficial a esse país.

As forças patrióticas libanesas conquistam posições em Beirute Ocidental, após violentos confrontos com as tropas regulares de Gemayel.

## 4 Sábado

Cerca de 1200 sargentos dos três ramos das Forças Armadas comemoram na Cova da Piedade o «Dia do Sargento»; em comunicado distribuído afirmam ser seu dever «estar vigilantes na defesa da Independência Nacional, da Liberdade, do Progresso Social e da Democracia».

O Secretariado do CC do PCP saudou o MPLA-PT por ocasião do 23.º aniversário do início da luta armada em Angola.

O quinto congresso da JS, a decorrer em Tróia, rejeita o relatório da secretária coordenadora da Juventude Socialista.

No seguimento de um apelo do Movimento shiita Amal, os muçulmanos abandonam o governo e o exército do Líbano.

A NASA perde o rasto de um dos dois satélites que o vaivém «Challenger» deveria ter colocado em órbita.

## 5 Domingo



PSD adia confronto

Termina em Tróia o congresso da JS onde, segundo Margarida Marques da direcção cessante, o clima foi do «salve-se quem puder».

A unanimidade verificou-se apenas em torno do pedido a Mário Soares para que demita o ministro da Educação, José Seabra.

O Conselho Nacional do PSD termina com a aprovação de uma moção de apoio à direcção política do partido, remetendo para o Congresso de Braga o debate das divisões internas.

Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, regressa a Lisboa após uma visita de quatro dias à Bulgária e à Roménia.

Demite-se o governo libanês, afirmando o primeiro-ministro que a situação no país não lhe permite continuar em funções; os confrontos prosseguem e Amin Gemayel está tão isolado que só se mantém no poder graças à presença dos norte-americanos no Líbano.

O ministro francês dos Negócios Estrangeiros é recebido em Trípoli pelo coronel Gaddafi com quem analisa a situação no Chade e as relações franco-libias.

## 6 Segunda-feira

O Instituto Nacional de Estatística divulga os resultados de um inquérito ao emprego em Junho de 1983, segundo o qual o número de desempregados em Portugal era então de cerca de meio milhão, quase dez por cento da população activa; na mesma altura o número de pessoas à procura de emprego ascendia a cerca de um milhão.

Mário Soares e Mota Pinto decidem marcar nova cimeira para analisar as exigências do Conselho Nacional do PSD à coligação governamental.

Cerca de 500 vidreiros da Marinha Grande ocupam a estação ferroviária local, exigindo o pagamento dos salários de Janeiro.

Registam-se violentos combates em Beirute, com as Forças de Salvação Nacional a tentar tomar o palácio presidencial; entretanto, o governo israelita afirma a sua disposição de continuar no Líbano, mesmo que não chegue a acordo com o governo libanês.

## 7 Terça-feira

Assaltantes roubam 108 mil contos em Lisboa.

Os trabalhadores do sector público aprovam uma jornada nacional de luta para o próximo dia 1 de Março.

O Secretariado Nacional do MDP/CDE afirma em comunicado que a demissão do Governo é um imperativo nacional.

O CDS convoca uma conferência de governos a toda a hora.

embora a demissão do PSD não possua uma filosofia de Governo nem um projecto.

As forças patrióticas libanesas controlam quase todo o espaço de Beirute, esperando-se a todo o momento a demissão do presidente Gemayel.

Dois astronautas americanos saem para o espaço sem qualquer ligação à nave que os transporta, a «Challenger»; são os primeiros «satélites humanos» da história.

A SWAPO afirma estar disposta a negociar com a África do Sul em terreno neutro.

### Editorial

## URGE TRAVAR A ROTA DO DESASTRE

A coligação governante conduziu o País a uma situação sem saída no quadro da política actual. Mostrou-se, além disso, incapaz de alterar o rumo de sastrastro dessa política.

O Governo PS/PSD não se tem limitado apenas a «gerir a crise» — um bordão que se volta a ouvir nas áreas da coligação — mas a agravar todo o processo numa escala sem precedentes.

Em apenas oito meses de gestão dos negócios públicos, sob o Governo Soares/Mota Pinto, a vida dos trabalhadores e da imensa maioria dos portugueses tornou-se um fardo insustentável. O dia-a-dia de milhões de famílias transformou-se num penoso quebra-cabeças.

Apreciando com propriedade a obra deste Governo não se pode deixar de concluir que dificilmente se poderia fazer pior em tão pouco tempo.

E é apreciando justamente este nocivo trabalho governativo de oito meses e prevenido os seus desenvolvimentos a curto e a médio prazo que se conclui também sem dificuldade que o Governo PS/PSD tem os dias contados e que o seu tempo político vai definhando e chegando ao fim.

Qual a duração previsível da agonia do Governo, qual a velocidade e o momento da sua queda, quais as formas institucionais da sua saída e substituição são questões que dependem de um conjunto de iniciativas e condições de que algumas de natureza decisiva estão por preencher.

Não é uma exigência absoluta para se correr com o nocivo Governo de Soares/Mota Pinto «coser o último botão na última farda». Mas, necessariamente, uma das condições que se impõem e que está ao alcance imediato das forças democráticas e patrióticas é a criação e articulação da base política de uma alternativa democrática de Poder.

As condições objectivas existem, são mais que evidentes. Este Governo, na linha dos piores que o antecederam, não somente agravou os factores da crise económica e social como criou novos outros.

De facto, sob a política do Governo PS/PSD, o País está sendo arrastado para o caos económico e financeiro, para a desestabilização social, para a completa dependência nacional.

Também algumas das outras condições para a instauração de uma nova política e de um novo governo estão visivelmente preenchidas.

Uma delas de importância decisiva é a afirmação inequívoca da vontade popular de correr com o Governo actual dirigido por Soares.

O movimento de massas afirmou-se vigorosamente no sentido popular mais vasto. Operários e empregados, agricultores que trabalham a terra, pequenos e médios comerciantes e industriais lutam por reivindicações e interesses que se conjugam e integram em grandes objectivos comuns.

As lutas contra o desemprego, contra os salários em atraso, contra o esbulho de terras e bens da Reforma Agrária, contra a carestia, contra os contratos a prazo, pela actualização dos salários e vencimentos, pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, são inseparáveis das lutas contra o aumento do custo dos factores de produção na agricultura, contra as restrições ao crédito, por preços justos ao produtor, contra o brutal aumento dos impostos, contra a elevação das rendas de casa e das rendas comerciais, pelo alargamento do mercado nacional e outras reivindicações

que mobilizam milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

A luta dos operários da Lisnave e da Setenave, da Marinha Grande, da Quimigal, da MDF, dos trabalhadores da Função Pública e de outras empresas e sectores é inseparável da luta das UCPS contra a penhora de bens e pela sua sobrevivência, da luta dos produtores de batata de Trás-os-Montes, dos pequenos e médios vinicultores do Oeste e do Ribatejo, dos seareiros de campanha do Vale do Tejo e do Alentejo, dos pequenos e médios sendeiros e agricultores do Baixo Mondego e do Vale do Sado.

Estas lutas, por exclusiva culpa do Governo e da sua política antipopular, estão entrando em formas de radicalização crescente e, pela elevação da consciência política de vastos sectores da população, ganham um conteúdo político de massas, adquirem uma dinâmica irresistível.

Outra das condições favoráveis a uma alternativa democrática de governo e de política resulta do processo de decomposição da coligação governante sob o influxo da resistência popular.

A luta de massas abre brecha no casamento de conveniência do PS e do PSD, realizado ao invés da vontade popular para a reconstituição do poder económico e do poder político dos monopólios e para a crescente colocação de Portugal a reboque dos interesses imperialistas dos Estados Unidos e da sua política de guerra e de rapina.

Neste processo de traição aos interesses nacionais profundos, concebido pela clique governante, vêm ao de cima e agudizam-se as contradições e rivalidades pessoais, de interesses, de grupo, que minam a coligação PS/PSD, cada um dos dois partidos e o próprio Governo chefiado por Mário Soares.

A última reunião do Conselho Nacional do PSD preparatória do Congresso de Março, em Braga, assim como os problemas internos do PS, também em fase de preparação do seu Congresso, ocorridos no último fim-de-semana, a luta de clãs que também se estende ao CDS para a disputa da Presidência da República em 1985, são manifestações emblemáticas das dificuldades internas da coligação e da crise da direita no seu conjunto.

No seio da coligação acirra-se a luta entre facções pela disputa dos altos cargos e dos chorudos empregos, pelo controlo da comunicação social estatizada, de massas, pela hegemonia política.

A corrupção, o compadrio, a inépcia governativa fazem do Governo uma seita de fribusteiros que nas costas do povo e com medo do povo conduzem a barca do Estado ao naufrágio.

Autênticas remodelações do Governo processam-se no segredo dos gabinetes. Soares, Mota Pinto & C.ª têm receio de expor na praça pública as profundas mazelas da coligação.

Não é de estranhar que neste clima infecto se reacenda a guerrilha institucional; que os grupos de pressão da direita e da extrema-direita e dos sectores monopolistas concentrados na CIP, na CAP e na CCP manobrem para uma nova revisão da Constituição que escancare totalmente as portas da economia portuguesa e do sector público e nacionalizado à ofensiva dos monopólios e da iniciativa privada e reduza a uma caricatura os direitos e liberdades dos trabalhadores.

A política antipopular e antinacional da clique governante Soares/Mota Pinto, os surtos reacçãoários, que está

acendendo na sociedade portuguesa a firme resistência popular e a afirmação no terreno da luta do papel determinante do movimento de massas, assim como as dificuldades internas da coligação são condições que, com a necessária criação e estruturação da base política de uma alternativa democrática, favorecem no momento actual a luta por um novo governo e por uma nova política preconizados pelo X Congresso do PCP e reafirmados na última Reunião Plenária do Comité Central.

Os novos surtos de agravamento da situação do País e do povo nos últimos dias, o maior conhecimento que se vai colhendo da profundidade da crise, as novas pressões e exigências do FMI sobre o servil Governo de Soares e Mota Pinto, confirmam a justeza das análises, previsões, resoluções e propostas políticas do X Congresso do PCP reafirmados na última Reunião do Comité Central.

Na última semana e no princípio da actual, novos actos e decisões do Governo intensificaram a escalada do custo de vida, aumentaram a insegurança no emprego, empobreceram ainda mais o povo, adensaram as preocupações sobre o dia de amanhã e as ameaças à nossa integridade e independência nacionais.

A sinistra perspectiva de genocídio das pequenas e médias empresas e de castração do nosso desenvolvimento económico, friamente enunciada pelo ministro das Finanças e do Plano, no Instituto de Defesa Nacional, e escutada com beata posternação pelo primeiro-ministro, Mário Soares, e pelo «vice», Mota Pinto, materializa-se cada dia que passa.

Há uma estreita sintonia entre a enunciação da política económica, financeira e social pelos mais directos responsáveis da administração actual e a prática política do Governo.

Ameaça de despedimentos em massa na Setenave, prática inviabilização da MDF, «aumentos» salariais que consagram a baixa efectiva do salário real dos trabalhadores da Função Pública e de outros sectores e empresas, aumentos dos combustíveis, da energia, dos transportes, anúncios de novos e brutais aumentos nos preços do pão e de outros géneros de primeira necessidade, subida de taxas de vários serviços, ausência de quaisquer medidas para sustentar o cancro dos salários em atraso, novas falências, abertura a todas as formas e manobras de liquidação do sector público e nacionalizado (mesmo do banditismo como o do último golpe que levou mais de 100 mil contos do património financeiro da banca nacionalizada), esta é a prática política e a viva expressão da incapacidade total deste Governo de solucionar a grave situação do País.

A luta e só a luta porá um travão decisivo a este deslizamento para o desastre. Por outro lado, a iniciativa política, a dinamização da luta política em todas as frentes, a superação do que secundariamente divide e a valorização do que fundamentalmente une as forças democráticas e patrióticas, são passos necessários para a viabilização de uma alternativa democrática ao Governo e à política actual.

Nesses grandes objectivos se enquadram a próxima interpelação ao Governo do grupo parlamentar comunista e a nova campanha de esclarecimento político de massas programado para os fins do mês de Março pelo PCP.

As condições para uma mudança democrática de política e de Governo amadurecem.

Com a vontade e a determinação populares ponhamos, todos os portugueses patriotas, um termo a esta rota de desastre.

## 4 de Fevereiro Histórica data angolana evocada em Portugal

O 4 de Fevereiro, data que assinala o início da luta armada de libertação nacional de Angola, foi comemorado no nosso país com uma sessão promovida pela Associação de Amizade Portugal-Angola, e que decorreu no Palácio da Independência, em Lisboa, com a participação do primeiro secretário da embaixada da República Popular de Angola, Helder Mingas, Porto Carrero, da Associação 25 de Abril, que reúne cooperantes e residentes portugueses em Angola, e o vice-presidente da Associação, Domingos Lopes, membro suplente do CC do PCP.

Na sessão foram particularmente salientadas, quer as dificuldades da luta que se trava em Angola pela independência económica, contra a agressão, multifórmica, dirigida pela África

do Sul com o apoio do imperialismo norte-americano, quer o carácter negativo das posições assumidas pelo governo português, a liberdade de acção com que os grupos terroristas que actuam contra o poder popular em Angola contam em território português.

Dias antes, uma delegação da Associação Portugal-Angola tinha tido um contacto com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, para salientar os «prejuízos que causam a cooperação entre Portugal e Angola as actividades conspiratórias contra o regime angolano e as ingerências nos assuntos internos» de Angola.

Como parte das comemorações do 4 de Fevereiro no nosso país, e com a activa participação da Câmara de Coruche, realizou-se nesta vila uma semana de solidariedade, com uma exposição fotográfica no salão nobre da Câmara.

Estas acções de solidariedade com o povo de Angola assumem particular significado num momento em que se registam dificuldades evidentes no relacionamento entre o governo português e o povo angolano.

### Portugal — que papel desempenha?

Na base da luta comum de ontem, na perspectiva da conquista de melhores condições de vida e de progresso dos nossos povos — as relações

entre Portugal e Angola teriam uma justificada e sólida plataforma de desenvolvimento. Com evidente vantagem mútua.

Na verdade não é esse o caminho que está a ser seguido. Mais: há sérias razões para nos preocuparmos quanto ao papel que o nosso país está a desempenhar em África. Que planos, nesse sentido, já foram elaborados e em que gabinetes?

Bem pode Jaime Gama afirmar que Portugal «não tem mercenários nem multinacionais para exportar». O que os factos indicam é que os Estados Unidos (e a França) muito falam da importância do nosso país como «canal do Ocidente para África». O que os factos indicam é que o ministro Botha do governo racista de Pretória é bem recebido em Lisboa. O que os factos indicam é que a contra-revolução angolana tem pulso livre em Lisboa, como aliás recentemente foi referido pelo embaixador angolano no nosso país e se veio a traduzir, não só em notas de protesto do governo angolano, como no afastamento do nosso país da exploração petrolífera em Angola.

Uma situação que — apesar dos perigos dos paralelismos em história — faz lembrar a dos tempos do colonialismo. De um lado o governo português contra o povo angolano. De outro o povo português solidário com o povo angolano.

(Ver no Suplemento artigo sobre Angola)

## Conselho Português para a Paz Reunião neste sábado

No próximo sábado, dia 11 de Fevereiro, decorre, por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, um encontro de trabalho, de colaboradores e amigos do CPPC, na Casa do Alentejo, Rua Portas de Santo Antão, Lisboa.

O encontro que se inicia às 10 horas e encerra às 19 (com almoço de confraternização das 13 às 14.30 horas), tem a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — A situação internacional, perigo para a paz e para Portugal (debate das 10 às 13 horas).
- 2 — O Movimento da Paz em Portugal: balanço de actividade e perspectivas de desenvolvimento (debate das 14.30 às 16 horas).
- 3 — Acções e iniciativas na luta pela paz em 1984. A VII Assembleia da Paz: (debate das 16.30 às 19 horas).

## Pedro Ramos de Almeida o Processo do Salazarismo (Relatório sobre Portugal)

Este livro procura manter vivo na consciência do nosso povo o que para ele e outros significou meio século de ditadura fascista e colonialista.

Nele encontrará o leitor, de forma simples, como quem consulta um dicionário, uma explicação muito completa da estrutura do fascismo português.



**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2-1000 Lisboa Tel. 779628/779625/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2-1000 Lisboa Tel. 779628/779625/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcaçova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova, 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776936/776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heskia Portuguesa, R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem média do mês de Dezembro: 46 825

Assembleia da República

# Críticas ao Governo à espera da interpelação do PCP

A vida não pára, nem fora nem dentro da Assembleia da República. Mas certos acontecimentos parecem prolongar-se para além do tempo que as instituições marcam, as suas repercussões continuam a manter um certo clima no lugar onde vieram a lume, onde aconteceram debates. O caso de Vizela, por exemplo, não se dissipou completamente na AR. Nem o caso da despenalização do aborto, que, em Comissão, ainda suscita atenções. Vive-se em S. Bento um clima de rescaldo, que os últimos debates não conseguiram apagar.

Como a imprensa diária abundantemente informou, o PCP fez adiar a votação do seu projecto de criação do conselho de Vizela, após um curto debate marcado pelas excessivas medidas de segurança a que nos referimos em artigo nesta mesma página. Após sublinhar que a marcação da discussão do projecto se devia ao respeito que os comunistas têm pelos compromissos que assumem, o deputado do PCP, José Manuel Mendes criticaria o projecto de Lei-Quadro de Criação de Municípios, a desculpa que o PS inventou para, ao menos, prolongar no tempo uma decisão quanto ao caso de Vizela.

Entretanto, como também o «Avante!» de hoje refere, vai realizar-se amanhã à noite uma sessão pública, em Vizela, promovida pela Organização Regional do Minho do PCP, na qual participarão os camaradas Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, e o deputado José Manuel Mendes, eleito pelo círculo de Braga, sessão que tem o objectivo de esclarecer mais

completamente as posições do PCP na matéria. Quanto ao projecto de despenalização do aborto, que foi aprovado na generalidade com os votos comunistas, do PS, da UEDS, do MDP e do deputado de «Os Verdes», encontra-se agora em discussão na especialidade, havendo o CDS, que tão violentamente se bateu no homicídio contra o «crime» que seria a aprovação de tal projecto, apresentado propostas de emenda que, pelo menos, vieram provar a hipocrisia das suas anteriores atitudes.

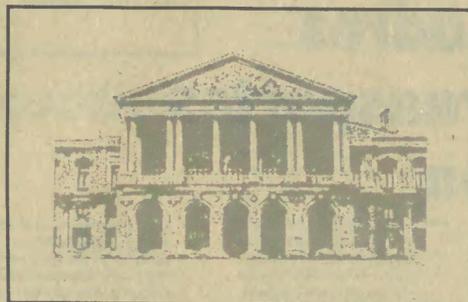
## Empréstimos e garantias

Na passada sexta-feira, entretanto, o Governo foi à Assembleia pedir autorização para contrair um empréstimo de 100 milhões de dólares junto do «Fonds de Retablisement» do Conselho da Europa. A maior parte do empréstimo — 60 milhões — com destino a obras de recuperação a realizar após as cheias de Novem-

bro passado. O restante, segundo explicou o representante do executivo à Assembleia — o secretário de Estado do Tesouro, António de Almeida — destinar-se-ia a programas de construção de habitação.

Foi dada autorização ao Governo. O PCP absteve-se, entretanto, na votação. E explicou, pela voz do deputado Octávio Teixeira, tal posição. Primeiro, porque os comunistas

anteontem, a ordem do dia comportava um projecto do CDS, sobre o património cultural português. Foi o deputado Gomes de Pinho que veio defender a iniciativa perante o hemiciclo. E, pela primeira vez, um membro do Governo, embora não completamente alheio ao projecto em causa, tomou a palavra para se pronunciar sobre o assunto em debate. O ministro da Cultura, depois de



não aprovam a política do Governo na sua globalidade. Em segundo lugar porque o Governo não fornece garantias de que o dinheiro será utilizado nas obras que mencionou. E o deputado do PCP anunciou que, caso as promessas governamentais neste capítulo não venham a concretizar-se, os comunistas farão com que o assunto volte a plenário.

algumas apreciações na generalidade, teceu críticas, ponto por ponto, à iniciativa do CDS, deixando espaço entrever que o projecto iria passar para sofrer depois, na especialidade, uma profunda revisão. O deputado José Manuel Mendes, do PCP, abordaria o projecto também com sentido crítico, não mostrando embora a intenção de o inviabilizar à partida.

## Interpelação agendada

O período de antes da Ordem do Dia tem sido, de novo, pólo de atracção das atenções, enquanto se aguarda a interpelação ao Governo, agendada já para o próximo dia 16 do corrente. Particularmente activos, em declarações políticas e intervenções, têm estado os deputados do grupo parlamentar do PCP. De Jorge Lemos, que abordou na sexta-feira passada temas de educação, criticando a política governamental no sector, a Manuel Lopes, independente, que falara, na véspera, sobre os reflexos gerais das medidas governamentais sobre os trabalhadores, uma série de intervenções da bancada do PCP têm marcado as várias reuniões ao longo da semana.

Carlos Carvalhas em intervenção de que publicamos extractos, denunciou um caso escandaloso de financiamento, pela banca nacionalizada, de uma sociedade privada de investimentos. Octávio Teixeira, anteontem, abordou os problemas da habitação, que sofrem também da política gravosa do actual governo. Por sua vez, Jorge Patrício trouxe ao plenário os problemas que o executivo tem vindo a criar à Setenave e a luta firme que os trabalhadores desta empresa nacionalizada têm travado em sua defesa.

PCP



Encontro dos camaradas Todor Jivkov e Álvaro Cunhal

# Comunicado conjunto PCP-PC Búlgaro

A convite do secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, Todor Jivkov, esteve de visita à República Popular da Bulgária, de 31 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 1984, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal.

Durante as conversações cordiais numa atmosfera de camaradagem os dois dirigentes trocaram informações sobre as tarefas actuais do Partido Comunista Búlgaro e do Partido Comunista Português e discutiram questões da situação internacional e do movimento comunista e operário.

O camarada Todor Jivkov deu conhecimento da actividade do PCB para o cumprimento das resoluções do XII Congresso do Partido, da preparação da Conferência Nacional do Partido sobre os problemas da qualidade, assim como da construtiva política exterior de paz da RP da Bulgária visando o desenvolvimento de relações de paz, segurança e cooperação na Península Balcânica, na Europa e no mundo. Confiou os sentimentos de respeito e solidariedade dos comunistas búlgaros e de todo o povo búlgaro para com a luta corajosa dos comunistas portugueses em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e das conquistas democráticas e sociais da Revolução de Abril de 1974.

O camarada Álvaro Cunhal deu a opinião pública relativa ao X Congresso do PCP recentemente realizado e às tarefas por ele colocadas. Pôs em relevo o papel decisivo do movimento operário e popular na luta contra a política de recuperação capitalista, latifundista e de submissão ao imperialismo prosseguida pelo actual governo e por uma alternativa democrática que assegure a defesa e a continuação do regime instaurado pela Revolução de Abril e consagrado na

Constituição da República. Expressou o alto apreço dos comunistas portugueses pelos êxitos da RPB na construção do socialismo e pela sua consequente política de paz.

Os camaradas Todor Jivkov e Álvaro Cunhal expressaram profunda preocupação pelo agravamento da tensão internacional provocada pelo curso militarista e aventureirista adoptado pelos EUA com o apoio dos seus aliados da NATO. Condenaram decididamente a «cruzada» contra o socialismo empreendida pela administração Reagan, os seus crescentes preparativos bélicos, as suas acções de descarada ingerência e de agressão militar em diferentes regiões do mundo. As ambições dos EUA, a sua aspiração à superioridade militar e à hegemonia política do mundo minam os próprios alicerces das relações normais entre os Estados e aumentam o perigo de uma guerra nuclear.

Nesse sentido os dois dirigentes consideraram como um acto irresponsável e perigoso a já iniciada instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos em vários países da Europa Ocidental. As frequentes declarações pacíficas, feitas ultimamente por Washington, ditadas por razões conjunturais e pelo desejo de acalmar a opinião pública mundial, não podem eximir os EUA da responsabilidade pelo fracasso das negociações em Genebra e pela nova espiral na corrida aos armamentos de que são inteiramente culpados.

Nessas condições torna-se mais necessário do que nunca que todas as forças revolucionárias, democráticas e amantes da paz reforcem a sua coesão e a unidade de acção na luta pela paz, contra os planos e agressões do imperialismo. Para o que é de particular importância o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional.

A esse respeito os camaradas Todor Jivkov e Álvaro Cunhal salientaram o significado e a importância das propostas e iniciativas, de paz da URSS e dos outros países da comunidade socialista que abrem o caminho para a superação do perigo nuclear que ameaça o mundo, para a cessação da corrida aos armamentos, para o regresso ao diálogo internacional, ao desanuviamento e à cooperação pacífica.

Os dois dirigentes confirmaram a firme solidariedade do PCB e do PCP para com os povos de África, Ásia e América Latina que lutam pela independência nacional e o progresso social. Condenaram a agressão de Israel e a expansão militar dos EUA no Médio Oriente, a invasão criminosa dos EUA em Granada, as suas acções agressivas contra a Nicarágua e as tentativas de pressão e ameaças contra Cuba, assim como as acções agressivas do regime de Pretória contra Angola, Moçambique e outros países e povos africanos.

Os camaradas Todor Jivkov e Álvaro Cunhal expressaram o seu alto apreço pelos tradicionais laços fraternais de amizade, cooperação e solidariedade entre o Partido Comunista Búlgaro e o Partido Comunista Português e confirmaram a sua determinação de desenvolvê-los e aprofundá-los de futuro na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, na luta comum pela paz, a democracia e o socialismo — no interesse da amizade entre o povo búlgaro e o povo português e da cooperação mutuamente vantajosa entre a Bulgária e Portugal.

No encontro participaram também Demitar Stanichev, secretário do Comité Central do PCB, e Albano Nunes, membro do Comité Central do PCP e responsável da Secção Internacional.

## Carlos Carvalhas:

# O Governo salva o grande capital

Trazemos hoje à Assembleia da República alguns dos grandes problemas, preocupações e anseios dos comerciantes e industriais duramente atingidos pela política deste governo. Industriais de vários ramos consideram estarem a viver o pior momento desde 1974. Na indústria de plásticos, por exemplo, 400 empresas estão com gravíssimas dificuldades de tesouraria; na indústria de material eléctrico o panorama é idêntico; na indústria de colas, só no ano passado faliram 50% das empresas, na construção civil há centenas de empresas em ruptura financeira, na metalomecânica pesada a queda de encomendas é vertical aumentando a não utilização das capacidades produtivas instaladas. E tudo isto a somar às agudíssimas crises da indústria vidreira, têxtil laneira e construção naval. A bola de neve das falências e do agravamento da situação financeira dos pequenos e médios empresários cresce dia após dia.

A deterioração do nível de vida dos trabalhadores e do povo em geral — aumento de impostos, redução dos salários reais, não pagamento de salários — tem reduzido drasticamente o consumo popular e o mercado interno. As graves consequências no plano social e económico são conhecidas. Só no distrito de Lisboa, as vendas de Natal sofreram quebras da ordem dos 30 a 40%, conforme os ramos. A maioria das empresas comerciais

não tem sequer possibilidade de repor os stocks no princípio do ano.

Com a redução drástica do consumo popular e o não escoamento dos produtos, as encomendas à indústria nacional sofrem quebras acentuadas agravando ainda mais os problemas de tesouraria. As pequenas e médias empresas encontram-se assim cada vez mais apertadas pela tenaz da recessão económica e financeira: De um lado, as grandes empresas nacionais e multinacionais que não só protegem os pagamentos, como impõem as suas condições: a compra de quantidades mínimas, abaixo das quais se recusam a vender, o que obriga à aquisição de matérias-primas e bens, superiores às necessidades e à mobilização de capital. Do outro lado, a população sem dinheiro e sem salários que se vê obrigada a reduzir o consumo em muitos casos para além mesmo do mínimo de subsistência (...)

O governo, à custa da economia do país, dos sofrimentos da população e da ruína das pequenas e médias empresas conduz uma verdadeira cruzada de espoliação ao serviço do grande capital que tal como os abutres se lança sobre os espólios das empresas e sectores mais rentáveis. É um verdadeiro «fartar vianagem» na reconstituição dos grupos económicos, das fortunas e privilégios. Aumenta as taxas de juro, desvaloriza o escudo, corta o crédito, reduz o investimen-

to e o poder de compra das «classes mais desfavorecidas», estimulando assim as actividades subterrâneas, parasitárias e especulativas, aquelas cujas margens de lucro são bem superiores às taxas de juro e de inflação. Ao mesmo tempo, penaliza e liquida as empresas produtivas, nomeadamente as pequenas e médias empresas. A travagem do motor da economia é de tal ordem que a sua paragem se aproxima, havendo já muitos que duvidam que o mesmo se venha a ligar em tempo útil (...)

É sintomático que, dizendo o governo ir apoiar as pequenas e médias empresas através das chamadas empresas de investigação e desenvolvimento, apoie na prática, com os dinheiros e recursos públicos, como se está a verificar, o fortalecimento de grandes empresas industriais, núcleos centrais de futuros monopólios. É sintomático que o governo continue a escamotear os escândalos do financiamento a médio prazo de centenas de milhares de contos, feita pela banca nacionalizada à Mello-Deutsch-Morgan e a outra empresa similar a juros de 28% quando qualquer empresário o pagaria a 31% e mais!

É sintomático e escandaloso que com a anuidade do governo a Caixa Geral de Depósitos tenha tomado meio milhão de contos de obrigações da Sociedade Portuguesa do sr. Santos Silva, num

claro financiamento especial a juros bonificados.

Mas enquanto os favores se multiplicam ao grande capital, para os PME's é o corte de crédito, a penhora, o protesto de letras, a falência quando há atrasos e apertos.

E é na mesma lógica de reconstituição dos monopólios que o Senhor Ministro do Comércio se apressa a desmembrar a EPAC, AGA, IAPO, dando curso ao chorudo negócio de mais de 160 milhões de contos anuais! A esse chorudo negócio a que se candidatam as multinacionais e meia dúzia de empresas industriais de rações, da refinação do açúcar e de oleaginosas.

No entanto, com todo o descaramento ainda há poucos dias o Ministro das Finanças referia, no Instituto de Altos Estudos Militares, que a salvação da economia estava no primado e na superioridade da iniciativa privada, acrescentando que as empresas economicamente inviáveis seriam de ser eliminadas! Eliminadas estão a ser as empresas não especulativas embora rentáveis e económica e socialmente úteis.

O Governo pode dizer o contrário, mas, na prática, é o verdadeiro covetor da esmagadora maioria da iniciativa privada portuguesa — a pequena e média empresa comercial e industrial. Sejamos claros. O Governo não está a salvar a economia, está sim a salvar o grande capital! (...)

# As maiorias de direita têm medo das correntes de ar

Diz o Regimento da AR que «as reuniões plenárias da Assembleia da República são públicas». Diz mais: «Nas galerias destinadas ao público não haverá lugares reservados» (...). E diz ainda o Regimento que «para o exercício da sua função serão reservados aos representantes dos meios de comunicação social, portugueses ou estrangeiros, devidamente credenciados, lugares na Sala das Sessões». Estas disposições, entre outras, parecem querer afirmar que os eleitos do povo português pretendem que os seus debates, sobre as grandes e pequenas questões que preocupam o país, devam ter uma larga publicidade. Mas os factos têm vindo a desmentir as disposições legais e um clima de secretismo, de repressão, de arbitrio, tem vindo a instalar-se progressivamente em S. Bento. Quem o sofre é quem vai tentar exercer o direito de assistir aos debates entre os partidos. Quem o sofre é quem, no exercício de um direito também, vai à AR ver e ouvir para contar como foi e faz desse trabalho profissão.

Tudo começou, recorda um jornalista, por altura da primeira greve geral nacional, que encheu de medo a maioria de então. A «AD» — era o tempo da «insurreição dos pregos»... — pôs a funcionar um esquema de segurança extraordinário, obrigando tudo o que não era deputado, a ser revistado metuculosamente por homens e mulheres polícias, à entrada do edifício. Pastas vasculhadas aos jornalistas, à cata de alguma bomba dissimulada entre folhas, jornais e livros. Corta-unhas apreendidos. Revista «electrónica» com um instrumento que detecta metais (até o papel estanhado dos maços de cigarros fazem a engenhoca emitir um silvo agudo de desconfiança).

apanhado com um embrulho de enchidos fresquíssimos na pasta — e podem revestir alguns aspectos mais graves — o próprio repórter do «Avante!» viu-lhe ser folheado atentamente um exemplar de «O Militante» por um agente excessivamente consciencioso. Pode até acontecer a brutalidade, como há tempos se verificou com uma jornalista da rádio que atravessou o guarda-vento, com a chapinha identificativa ao peito, para ir espreitar a manifestação e, ao voltar, meia-dúzia de passos dados, foi novamente revistada. Como protestasse, foi arrastada violentamente pelo policial de serviço.

Os próprios funcionários da Assembleia são também revistados minuciosamente sempre que entram no seu local de tra-

balho que é o edifício de S. Bento.

## Excesso de zelo?

Mas não será o excesso de zelo dos funcionários da polícia que criticaremos em primeiro lugar. Como muitas vezes eles próprios se desculparam, cumpram ordens.

O que é realmente estranho é que, após muitos anos de entrada credenciada, os jornalistas venham a ser, desde que a «AD» estremeceu no pavor de ir para a rua, revistados minuciosamente. Que, após muitos anos de serviço na Assembleia que fazem funcionar, os funcionários sofram a humilhação de uma revista sempre que entram no seu local de trabalho. O que é de estranhar, enfim, é que, após a «AD», continue a imperar o espírito «AD» e que a presidência da AR, agora entregue a um socialista, mantenha as mesmas normas de «segurança».

«Talvez não seja assim tão estranho. A «maior maioria», em termos de projecto e de prática política, não se tem distinguido, afinal, da maioria reaccionária PSD/CDS.

O que importa, também, é saber por quê, estas normas de segurança e os seus excessos. Sempre que um debate importante está marcado — a despenalização do aborto, a criação do conselho de Vizela —, lá o zelo se transforma em excesso, corredores e galerias

aparecem enxameadas de uniformes, polícias fardados e à paisana correm afanosamente atacados a walky-talkies.

Quando foi do debate sobre o aborto, as longas bichas de zelo dos funcionários estranhamente à chuva, cá fora. O público foi filtrado a pingo, as mulheres deixavam carteiras, papéis, objectos de uso pessoal e até íntimo, à guarda zelosa da polícia. As galerias superiores, entretanto, foram declaradas em situação difícil e descobriu-se que iam começar umas obras de que ninguém ouvira falar.

No que toca aos jornalistas foi o bom e o bonito. Mas desta vez o zelo era outro. Os homens eram objecto de uma sumária revista, bastava abrir a pasta, uma afagadela com o aparelhómetro apitador bastava. O alvo preferencial eram... as mulheres-jornalistas. Folhearam-se livros e revistas à procura de papelinhos comprometedores, numa verdadeira operação-censura, documentos que algumas jornalistas transportavam foram temporariamente apreendidos, algumas ex-deputadas — como foi o caso de Teresa Ambrósio — foram alvo de particular atenção.

O Presidente, no início do debate, fez questão de avisar os visitantes de que não poderiam manifestar-se de modo algum, ameaçando com a evacuação das galerias, mostrando o seu temor antecipado, antes mesmo que algum movi-

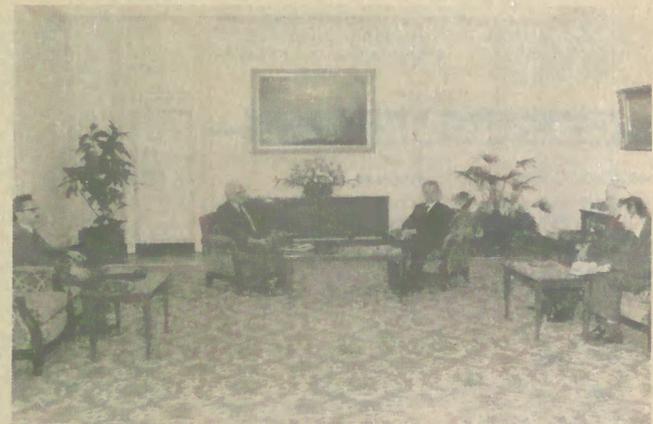
mento crítico ou aprovatório se registasse.

## O grande medo

Com o projecto de criação do conselho de Vizela agendado, as medidas de «segurança» atingiram o nunca visto. Os jornalistas foram impedidos de circular, portas foram trancadas e pregadas, os deputados guardados por polícias postados em todos os acessos ao hemiciclo. Após um protesto do PCP, feito por Jorge Lemos, promessa de resolver a situação. Mas a promessa não se cumpriu e os jornalistas decidiram então abandonar a bancada.

Aí, o medo de que a informação fosse livre, foi substituído pelo medo que muitos deputados mostram de que se não diga nada. Para muitos, mais vale que se diga mal do que se não diga nada. E aí, depois de ter sido criticado o «excesso de zelo» das forças de segurança, pelo presidente em exercício, as coisas voltaram à normalidade. Isto é, a uma normalidade vigiada a que os profissionais da informação se vão infelizmente habituando e que não faz mossa à maioria dos representantes do povo, que, eles, podem entrar e sair livremente. Por enquanto.

O medo da publicidade, da clareza dos debates, não levará esta maioria de direita, um dia destes, a vir a ter receio dos seus próprios deputados? Para quando a reunião da Assembleia à porta fechada?



Encontro dos camaradas Nicolae Ceaucescu e Álvaro Cunhal

# Visita à Roménia

A delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional, fez também nos dias 3 e 4 do corrente, a convite do Comité Central do Partido Comunista Romeno, uma curta visita à Roménia. Foi recebida pelo camarada Nicolae Ceaucescu, secretário-geral do Partido Comunista Romeno.

Nas conversações realizadas entre os camaradas A. Cunhal e N. Ceaucescu procedeu-se a uma ampla

troca de informações e opiniões sobre a situação nos países respectivos e actividade dos dois partidos assim como sobre aspectos da situação internacional e do movimento comunista internacional.

O camarada N. Ceaucescu ofereceu um almoço em homenagem ao camarada A. Cunhal, ao qual assistiram destacados dirigentes do PCR.

A delegação do PCP teve também encontros de trabalho com os camaradas Emil Bobu, membro da Comissão Política Executiva e secretário do CC do PCR, e

Dobrescu, membro da Comissão Política Executiva e secretário do CC do PCR responsável para as Relações Internacionais, e com outros membros da direcção do partido.

Recebida em Brachov pelo 1.º Secretário do PCR e pelo presidente do município, a delegação visitou a fábrica de camiões, uma fábrica de malhas e confecções, lugares históricos e o complexo turístico.

Todas as conversações decorreram no tradicional ambiente de camaradagem e amizade existente entre os dois partidos.

PCP

Iniciativa do S. Intelectual do Porto

Por iniciativa do Sector Intelectual do Porto do PCP realiza-se hoje (quinta-feira) uma sessão de apresentação e debate das conclusões do X Congresso do Partido Comunista Português.

Freguesia de Gueifães

Decorreu no passado dia 4, na escola de Gueifães, a 1.ª Assembleia da Organização do PCP da Freguesia de Gueifães (Porto).

Assembleias de organizações do PCP na região de Santarém

Prosseguem através de múltiplas iniciativas as actividades preparatórias de assembleias de várias organizações do Partido no distrito de Santarém, nomeadamente nas freguesias de Vale de Santarém (11 de Fevereiro), Almoiteiro (25 de Fevereiro) e Alcanhões (26 de Fevereiro).

No passado fim-de-semana realizaram-se iniciativas do Partido em Alpiarça (encontro de quadros operários agrícolas de Alpiarça, Chamusca e Almeirim), Abrantes (plenário da Comissão Concelhia) e Santarém (reuniões distritais de fundos, professores e reformados e sessão no Centro Social da Póvoa da Isenta, no concelho de Santarém).

Entretanto, informa a SIP da DORSA, estão programadas para os próximos dias as seguintes iniciativas:

Dia 12 — contactos porta-a-porta em Atalaia, Cardal e Moita do Norte, no concelho de Vila Nova da Barquinha.

Dia 15 — Às 18 horas, no C. Trabalho do Entroncamento, reunião da célula da CP.

Dia 18 — Às 15 horas, na sala de sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, encontro de eleitos e activistas da APU da zona do Entroncamento.

Dia 25 — Reunião com vereadores da APU eleitos em Câmaras em que a APU está em minoria, às 15 horas, no C. Trabalho da DORSA do PCP, com a seguinte ordem de trabalhos: Balanço do trabalho realizado — troca de experiências; problemas vários — apoio à actividade dos eleitos.

Encontro distrital na Guarda

Promovido pela Comissão Distrital do PCP, vai realizar-se no próximo dia 19 (domingo) um encontro de militantes comunistas em que estarão em foco dois temas principais: a organização do Partido no distrito e o plano de acção e objectivos para este ano de 1984 e, por outro lado, a situação política e os problemas dos trabalhadores e do povo da região.

Hoje, no Vitória Debate sobre a TV

Com a participação de António Borge, chefe de Redacção de «o diário» e de Correia da Fonseca, crítico de Televisão do mesmo matutino, realiza-se hoje, quinta-feira, no Centro Vitória, em Lisboa, um debate subordinado ao tema «A TV sob o signo da catástrofe e da mentira». A sessão começa às 21 horas e é mais uma das habituais iniciativas da SIP/DORL programadas para as quintas-feiras à noite no Vitória (Avenida da Liberdade, 170).

Caxias

O camarada José Casanova, da Comissão Política do CC, participará na sessão de esclarecimento marcada para o próximo sábado, dia 11, em Laveiras/Caxias, na Associação «A Familiar», com início às 21 e 30.

Camaradas falecidos

José Maria Costa

Faleceu no passado dia 5, em Lisboa, o militante comunista José Maria Trindade Coelho Costa, torneiro mecânico. O camarada pertencia à 3.ª zona (Bairro da Liberdade) do Comité Local do Lisboa.

António Miguel

No passado dia 24 de Janeiro faleceu o militante comunista António Miguel, de 56 anos, que foi operário da Mague. A notícia do seu falecimento foi comunicada ao «Avante!» pela organização da freguesia de Moscavide.

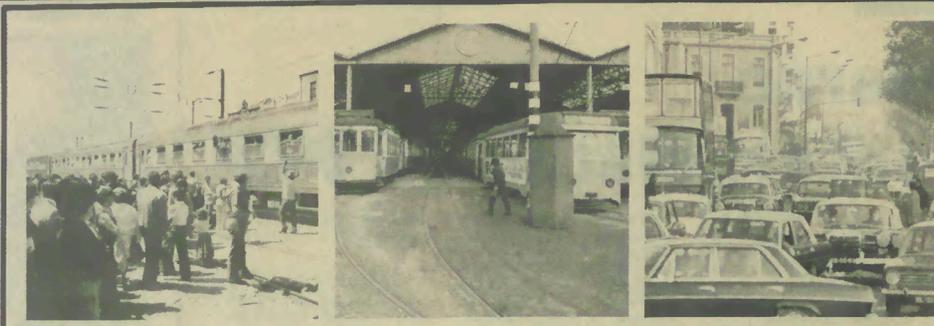
Maximino Alves

Em Dezembro último faleceu o nosso camarada Maximino Alves, de 72 anos. Pertencia à célula dos Reformados da Mina/Bairro Novo, no concelho da Amadora.

Às famílias dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!», expressando o sentir de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

DESARMAMENTO QUEM ESTA CONTRA?

A mais imperiosa e mais urgente tarefa da humanidade é a manutenção da paz



Sábado, no Vitória

Encontro de Quadros do Sector de Transportes da OR de Lisboa

É já no próximo sábado, dia 11, que decorrerá no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, um encontro de quadros promovido pelo organismo de direcção do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

Numa circular divulgada aos militantes comunistas, o executivo do Sector de Transportes da ORL salienta que «a importância de que se revestem as lutas dos trabalhadores para a defesa das suas condições de vida, dos seus postos de trabalho, dos seus direitos e regalias, das suas conquistas, para a defesa das nacionalizações e em suma para a defesa do regime democrático, coloca a necessidade de melhorar a actuação dos comunistas quanto à sua participação nessas lutas».

Os transportes que servem ou que têm os seus objectivos centrais na região de Lisboa constituem um sector composto no essencial por empresas públicas e nacionalizadas (Caris, Metro, CP, RN, Transteste, CTM, CNN, Sopotata, Econave, TAP, etc.), que «tem sido e continua a ser alvo de intensos ataques por parte da política de recuperação capitalista».

Entre as situações e ameaças graves contam-se «as tentativas de desmembramento de empresas ou a sua colocação ao serviço de interesses alheios, os atrasos nos pagamentos de salários, as ameaças de despedimento, os bloqueamentos às contratações colectivas, as tentativas de retirar direitos e garantias, enfim todo um conjunto de agressões aos mais elementares direitos dos trabalhadores, que tornam inevitável o caminho da luta».

É neste contexto e «perante esta realidade», que se torna imprescindível «definir com precisão o papel que todos os camaradas devem desempenhar nas lutas em curso, sejam dirigentes sindicais, membros de comissões sindicais, delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores ou sub-CTs ou apenas trabalhadores sem funções representativas».

Daí a promoção do encontro de quadros marcado para o próximo sábado, onde «a partir das experiências das lutas passadas (éxitos, erros e debilidades)», se tentará definir linhas de actuação concreta para a acção dos membros do Partido.

Entretanto, prossegue a actividade preparatória do encontro, agora na sua ponta final. Nas reuniões realizadas nas células têm

abordado questões de viva actualidade, nomeadamente as experiências de luta e o balanço das acções desde Janeiro de 1981.

A realização do encontro motiva também uma ampla discussão sobre temas específicos, tais como a coordenação das lutas, as formas de luta na sua múltipla diversidade, o papel da informação para o êxito das lutas, a organização das lutas em todos os seus aspectos, o papel do divisionismo e o combate que é necessário mover-lhe, as diferentes organizações representativas dos trabalhadores e suas estruturas, etc.

Foi também elaborado um documento-base, para dinamização do debate e «para que as conclusões possam traduzir o resultado de uma discussão o mais aprofundada possível», como assinala o executivo do Sector de Transportes da ORL do PCP.

Esse documento, de 24 páginas, está dividido nos seguintes capítulos principais: 1. O processo contra-revolucionário, a alternativa democrática e a luta de massas; 2. Direcção, organização e coordenação da luta; 3. As organizações dos trabalhadores; 4. O divisionismo; 5. O papel dos comunistas.

Este documento, de 24 páginas, está dividido nos seguintes capítulos principais: 1. O processo contra-revolucionário, a alternativa democrática e a luta de massas; 2. Direcção, organização e coordenação da luta; 3. As organizações dos trabalhadores; 4. O divisionismo; 5. O papel dos comunistas.

Entretanto, prossegue a actividade preparatória do encontro, agora na sua ponta final. Nas reuniões realizadas nas células têm

Plenário da DORAL

Reuniu no passado domingo o plenário da Direcção de Organização do Algarve do PCP (DORAL), com a presença da camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Em relação ao plenário da DORAL, ficaram a fazer parte deste organismo de direcção um conjunto de 34 camaradas, sete dos quais participando pela primeira vez neste organismo. A média etária ficaria em 35 anos (26,5% de operários, 53% de empregados, 17% de intelectuais; de referir ainda a participação de três mulheres).

Foi aproveitado o plano de actividades contemplando diversas áreas: trabalho de direcção, organização do Partido, acção unitária, política de fundos e propaganda, sendo de realçar a realização em Dezembro próximo da Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP, a «Festa da Amizade» em Faro de 7 e 8 de Julho, a «Festa de Agosto» em Portimão (10, 11 e 12), a «Festa da Bordadeira» em Faro (18 e 19 de Agosto), a 2.ª Festa no Castelo de Silves (Junho) e 2.ª Festa do PCP em Vila do Bispo (Julho).

No plano da organização foi vista a necessidade da rápida entrega dos novos cartões a todos os membros do Partido e regularização de contactos, da atenção às células de empresa, da intensificação do recrutamento (6000 membros até à Assembleia de Organização). Quanto ao trabalho unitário seria dado relevo à acção face aos problemas relacionados com a crise com que se defronta a indústria de conservas e a construção civil e a situação em que se encontram muitas centenas de trabalhadores com salários em atraso.

No âmbito da APU previu-se a realização em Maio do plenário distrital de eleitos e candidatos dos diversos órgãos do Poder Local na região, das primeiras «Jornadas Algarvias» (Junho) com vista à discussão aprofundada dos problemas com que se defrontam alguns importantes sectores e recursos económicos da região (pescas, conservas, agricultura, recursos hídricos, etc.), e ainda a contribuição para a dinamização da luta pela paz.

No final seria apresentado o documento sobre a acção política e social que se desenvolve na região e subordinada a «Continuar a luta, um longo descompartilhado e esforçado, por uma verdadeira e um novo Governo que resumiremos a seguir».

O plenário cometeu para a acção de «política PS/PSD», o plano de acção do Partido e a luta de massas em todo o território nacional, em atenção às células de empresa, da intensificação do recrutamento (6000 membros até à Assembleia de Organização).

Entretanto, prossegue a actividade preparatória do encontro, agora na sua ponta final. Nas reuniões realizadas nas células têm

Plenário do Comité Local de Lisboa

Documento base da Assembleia da Organização em debate até 18 de Março

A actual situação política e social, com particular incidência nos aspectos referentes à cidade de Lisboa, e o documento base para a Assembleia da Organização do Comité Local marcada para 31 de Março e 1 de Abril próximos, foram questões vivamente abordadas pelo Plenário do Comité Local de Lisboa do PCP, realizado no passado dia 4, na capital.

A Assembleia, recorda o CLL, decorrerá nas instalações da Voz do Operário e tem como objectivos «fazer o balanço do trabalho», «reforçar o Partido a todos os níveis», «aprofundar e estreitar a ligação aos problemas dos trabalhadores e da população de Lisboa» e «eleger o organismo de direcção do CLL».

A discussão do documento base — tema destacado do recente Plenário — vai desenvolver-se até 18 de Março nos mais de 700 organismos do Comité Local de Lisboa e «nele são tratados todos os aspectos relacionados com a actividade e funcionamento das organizações do CLL, a vida e a luta dos trabalhadores e da população em defesa das suas conquistas e condições de vida, do 25 de Abril e do regime democrático», como salienta a breve nota divulgada pelo

CLL aos órgãos de Comunicação Social no passado dia 4, que, em relação à situação social na cidade de Lisboa, destaca «as tentativas de desmembramento e alienação das empresas públicas e nacionalizadas, vitais para a economia portuguesa, como são exemplos a Quimigal, a Petrogal, CIPC e SNAPE, Portucel, Gelmar, EPNC; o flagelo dos salários em atraso em inúmeras empresas, abrangendo milhares de trabalhadores; a falência em ritmo acelerado de centenas de pequenas e médias empresas; o prosseguimento a todos os níveis duma política desastrosa e de miséria».

O CLL do PCP chama também a atenção para o contínuo e brutal agravamento das condições de vida dos portugueses cuja responsabilidade cabe inteiramente à política antipatriótica e de recuperação capitalista do Governo PS/PSD.

E conclui: «Conforme ficou demonstrado nas grandes jornadas de luta do dia 28 de Janeiro, os trabalhadores e outros sectores e camadas da população manifestaram-se contra a política do

Governo, exigindo nova política e novo Governo. «O PCP no seu X Congresso colocou como questão central a necessidade de uma alternativa democrática que implique a mudança de política e constituição de um Governo Democrático de Salvação Nacional. O prosseguimento e reforço da luta de massas e do movimento operário são condições basilares para obter tal objectivo. O PCP, pela sua parte, tudo fará para esclarecer e alertar os trabalhadores para a necessidade de uma viragem na vida do País.

«Neste sentido está agendada uma nova jornada de propaganda e esclarecimento político, para os dias 23, 24 e 28 de Março, que tem como objectivo debater com as massas a si-

tuação do país, explicar a política do Partido e as suas propostas para vencer a crise.

«O CLL do PCP apela a todos os trabalhadores, a todos os democratas que participem activamente nas comemorações do X Aniversário do 25 de Abril, transformando-as em grandes jornadas de confiança no caminho e nas perspectivas que o 25 de Abril abriu.»

boletim emigração

Advertisement for 'boletim emigração' with text: 'Emigrantes decididos a debater... Conselho das Comunidades... CRITICAM... não de facha...'

Está já em circulação o número 15 do «boletim emigração» referente aos meses de Janeiro e Fevereiro. Da responsabilidade da Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP esta publicação constitui um importante elo de ligação entre a realidade nacional e os nossos compatriotas que labutam no estrangeiro.

De apresentação agradável, as oito páginas desta edição inserem um suplemento inteiramente dedicado ao X Congresso do Partido, recentemente realizado na cidade do Porto. Entre outros, o leitor poderá encontrar no boletim um artigo referente ao Conselho das Comunidades, um outro sobre a corrupção no aparelho de Estado, nomeadamente na banca e algumas breves sobre Portugal, para além de abundante informação sobre a actividade de núcleos de emigrantes portugueses espalhados pelos diversos continentes.

Iniciativa no concelho de Faro

As conclusões do gresso do Partido necessárias para a organização e a emissão de cartões são aspectos dos das reuniões de Faro, na, no concelho de Faro.

Assim, estão em curso as seguintes iniciativas de informação promovidas pelo «Avante!» pela Comissão do PCP: «Hoje, quinta-feira, célula dos Escrivães».

Célula do

A célula dos Escrivães realiza no próximo dia 11, a sua 1.ª Assembleia, às 15 horas. Participa um camarada da

Amãhã — serviços Municipais para e Bancários. Quarta-feira, organização das M. Todas estas reuniões serão realizadas para o trabalho de Faro. Entretanto, no domingo, Comissão Local de Faro, em Faro, sinalando a passagem do X Aniversário do 25 de Abril, no Centro de Trabalho de Faro, daquela localidade.



## Poder local

## VIZELA

## A trifulhice do PS e aliados

A decisão do PCP de adiar a votação do seu projecto de lei para a criação do concelho de Vizela foi tomada em concordância e a pedido do Movimento para a Reconstituição do Concelho de Vizela.

A revelação é feita pela Direcção Regional do Minho do PCP, que recorda o sentido da posição do Grupo Parlamentar do PCP no final do debate na AR na passada quinta-feira: tratou-se de não inviabilizar através da rejeição que a maioria PS/PSD/CDS já anunciara, o nosso projecto de lei, que assim pode voltar a ser debatido e votado antes de Outubro.

«O PCP, com a posição assumida — afirma a DORM — provou ser fiel como sempre aos seus compromissos e demonstrou igualmente nortear a

sua acção nesta matéria pela preocupação de manter abertas todas as vias que possibilitam a satisfação das justas aspirações dos vizelenses».

A DORM nota que o não cumprimento, mais uma vez, pelo PS e o Governo, do prazo por eles próprios fixado — 31 de Janeiro — para a conclusão

### • O PCP vai retomar o projecto

da Lei-Quadro da criação de novos municípios, apresentada como indispensável à viabilização do concelho de Vizela, foi — como PCP previra — um falso pretexto, que se prolonga agora na farsa da consulta às autarquias: à falta de argumentos

capazes, é este, agora, «o expediente que resta ao PS/PSD/CDS para protelarem e bloquearem a constituição do Município de Vizela».

Reveste-se no entanto de particular gravidade, sublinha a DORM, «a responsabilidade assumida pelo PS que, apesar das promessas feitas quando

verno, a direcção do PS esquece hipocritamente compromissos assumidos, dá o dito por não dito, sacrifica os interesses e as aspirações das populações para continuar a política antidemocrática e desastrosa do seu governo de coligação com o PSD».

Quanto ao PCP, continuará, reafirma a DORM, nos órgãos de poder como perante o povo de Vizela, «com uma só política e uma só cara, defendendo firmemente as justas aspirações do povo de Vizela a constituir concelho. Nesse sentido, tomará a iniciativa de marcar a votação do seu projecto de lei para a criação do município, que mantém de pé, no momento que considerar mais favorável à satisfação das aspirações dos vizelenses».

Confia, por outro lado, que

também os vizelenses saberão extrair dos acontecimentos recentes as devidas conclusões sobre o comportamento das forças políticas envolvidas, saberão responsabilizar os que não honram os seus compromissos, saberão reforçar a sua unidade e mobilização, condição imprescindível para que as suas aspirações sejam concretizadas».

#### Carlos Brito amanhã em Vizela

Para o esclarecimento mais completo da posição do PCP, a DORM promove amanhã sexta-feira, às 21 e 30, em Vizela, uma sessão pública com a participação de Carlos Brito, do CC e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, e José Manuel Mendes, deputado por Braga.

## FUNCHAL

## Câmara manda, AM obedece...

Pelo que se conclui dos dados e apreciações transmitidos pelos eleitos da APU na Assembleia Municipal do Funchal em recente conferência de imprensa, aquele órgão «mais não tem sido do que um mero instrumento avalizador de todas as medidas gravosas para os munícipes que lhe têm sido apresentados pelo executivo camarário» — caracterização que consta aliás da declaração feita pelos eleitos da Aliança Povo Unido.

Dois ou três factos aduzidos provam não apenas o seguidismo da maioria PPD na Assembleia em relação ao executivo camarário, mas ainda a complacência do PS, que se acocila frequentemente na abstenção, quando não toma mesmo a iniciativa de propor medidas que

prejudicam a população — como foi o caso de terem proposto o pagamento, com efeitos retroactivos, dos contentores do lixo, propagandeados por altura das eleições como sendo gratuitos...

A APU salienta, como escandalosa, a posição assumida pela maioria PPD/PSD ao deixar ao critério do executivo o poder decisório sobre obras públicas «cujo montante não ultrapasse os vinte mil contos, dispensando a obrigatoriedade de colocação a concurso público». A APU, que se manifestou frontalmente contra, entende que «esse valor é de tal modo elevado que vai permitir aos eleitos do PPD/PSD na vereação fazerem a atribuição de obras a quem lhes apetece sem acatarem os interesses da Autarquia», pois a Câmara fica sem possibilidade de optar pela proposta mais vantajosa.

#### Um plano aprovado... sem verbas!

Para além de, sem cuidar dos pesados encargos que assim atraiam para a população, terem aprovado docilmente uma nova tabela de taxas e licenças só porque o sr. presidente da Câmara explicou que não tinham agravamentos superiores à inflação verificada nos últimos anos (é seria talvez delegante — palavras do PS, que se absteve — «obstruir a gestão camarária...»), o mais escandaloso seguidismo veio, porém com a aprovação do Orçamento e Plano de actividade da Câmara para 1984.

Afirma a APU: «Para justificar e explicar o orçamento e plano de actividades para um ano, o sr. presidente da Câmara não precisou de mais de 15 minutos. Realmente, pouco ou nada haveria a dizer de um orçamento de cerca de 1,5 milhões de contos, dos quais cerca de 1,2 milhões são para despesas de funcionamento da própria Câmara». Ainda assim, dos cerca de 300 mil contos restantes, o presidente propõe (e a Assembleia aprova) um plano de actividades que implica gastos de 1,4 milhões de contos!

Tão destapada incongruência tenta o presidente justificá-la, falando de uma comparticipação de mais de um milhão de contos do orçamento regional — sendo que porém «há crise», e «não se pode contar com subsídios extraordinários»... De facto, lembra a APU, é trocar da Assembleia Municipal invocar um orçamento regional que nem sequer está elaborado, acerca de uma Câmara que jamais recebeu as verbas que lhe caberiam pela aplicação integral da Lei das Finanças Locais e, sobretudo, quando o PPD que o sr. presidente representa ainda recentemente «votou contra uma proposta do

PCP na Assembleia Regional, segundo a qual no orçamento da Região seriam inscritas obrigatoriamente verbas destinadas ao equilíbrio financeiro das autarquias».

Por tudo isto — concluem os eleitos da APU — «achamos que devemos denunciar a demagogia do executivo camarário e dos seus comparsas na Assembleia Municipal, ao quererem justificar com a crise que eles próprios criaram a incompetência e má gestão da Autarquia».

#### Na Assembleia Regional a voz do mesmo dono

Mas o que se passa na Assembleia Municipal espelha afinal o sessão-a-sessão da própria Assembleia Regional da Madeira, onde também recentemente Mário Aguiar, o único deputado do PCP, se viu perante a espantosa rejeição de um voto de congratulação, que apresentou porque «pela primeira vez no OGE ficou consagrada uma verba destinada à Região Autónoma atribuída a título de cobertura de custos de insularidade» — de montante de 800 mil contos aprovado, é certo, só pela insistência dos deputados do PCP na Assembleia da República. Em contrapartida, a proposta apresentada então pelos deputados do PSD e do PS da própria Região era suficientemente vaga para permitir que, no ano em curso, quanto à insularidade que toda a gente proclama ser necessário atender, nada se passaria como nunca se passou.

Mais ainda: rejeitado foi um projecto de decreto legislativo regional, igualmente apresentado pelo deputado do PCP, visando inscrever no Orçamento da Região, «como fundo de equilíbrio financeiro das autarquias», verbas provenientes das receitas regionais, a distribuir segundo os critérios e indicadores fixados na Lei das Finanças Locais. Na Madeira (como nos Açores) tudo é mais difícil e mais caro. Durante o fascismo, «até penalizada foi com medidas legais que a inferiorizavam relativamente ao resto do País». No entanto, os deputados regionais do PPD disseram não a esta tentativa de ir recuperando de 50 anos de atraso, e os do PS e CDS não precisaram senão de se abster.

Em pano de fundo está, sublinhava então Mário Aguiar, não só que o OGE deste ano destina às autarquias da Região unicamente mais 10% de em 1983 — e em 1983 as verbas foram como sempre escassas — mas ainda que o Governo Regional se prepara para arrecadar verbas que o OGE atribui às autarquias, e distribui às que restam a seu bel-prazer. É o que sempre tem feito.

## Terra

Aumento dos preços  
Situação insustentável

Como seria de esperar os recentes aumentos decretados pelo Governo suscitaram uma onda generalizada de protestos nos mais diversos sectores e camadas da população. «Onde é que isto vai parar?», «Quem é que pode aguentar?» são interrogações que se ouvem com frequência em qualquer conversa na padaria ou no autocarro e que nos dão conta do sentir e das preocupações que dominam o quotidiano da esmagadora maioria dos portugueses.

Na agricultura, como no resto, as últimas medidas penalizaram gravemente a produção e vieram agravar os múltiplos problemas que atingem os agricultores. E se já de há muito se falava em «caminhar para a ruína e a miséria» a verdade é que com estes aumentos não se sabe muito bem como qualificar a situação em que ficarão muitos homens do campo.

Com efeito, os factores de produção (cujo consumo tem

vindo a diminuir nos últimos anos devido ao seu elevado preço) viram em muitos casos o seu preço agravado em cem por cento. Esta situação acaba por ser insustentável e torna-se tanto mais escandalosa quanto se sabe, por exemplo, como recentemente denunciou a Federação das Uniões e Ligas dos Agricultores do Baixo Mondego, que se importaram 10 mil toneladas de batata numa altura em que a produção ainda tem muita para escoar; ou que se fixa o preço de garantia da batata para 1984 em 9\$20 e 10\$20 quando ela está já a ser paga à produção a mais de 25 escudos.

O mesmo se poderia dizer em relação ao vinho, de que se efectuaram importações há algum tempo atrás enquanto a produção nacional espera por escoamento; ou ainda dos produtores de carne que têm gado para vender mas encontram as feiras encerradas e vêem o seu efectivo pecuário dizimado pela peripneumonia sem que

nada se faça para o repor.

Mas não se ficam por aqui as preocupações dos agricultores, nem acabam aqui as suas dores de cabeça. Em vésperas de novas sementeiras e com despesas para pagar, os produtores continuam à espera que sejam pagos os subsídios à lavoura, designadamente do arroz e do gado.

A este panorama, e para agravar tudo ainda mais, vêm-se juntar os aumentos da electricidade e do gasóleo, falando-se já nos aumentos de outros factores de produção como as rações e os adubos. Não é de admirar, pois, que cresça a convicção, num número cada vez maior de agricultores, de que é necessário tomar medidas que invertam a política deste Governo.

Nesse sentido se manifestou, aliás, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que tem marcada uma reunião da sua direcção para o próximo dia 20, com vista a analisar a situação da lavoura.

Terras da Reforma Agrária  
alvo da sanha do Governo

## — corrupção campeia no Ministério

Prosseguindo a sua escalada contra os sectores mais produtivos da nossa economia, designadamente a Reforma Agrária, o Governo PS/PSD está a retirar terras que estão a produzir às UCP's Cooperativas para as entregar a agrários que as deixam ao abandono ou subaproveitadas. Quem vem, uma vez mais, denunciar publicamente esta acção é o Secretariado das UCP's Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora que a classifica de «política de terra queimada» tendo em vista exclusivamente «reconstituir antigos interesses», mesmo à custa da produção agrícola.

Com efeito, seis anos depois de ter terminado o prazo para os agrários requererem reservas, eis que o MAP/MAFA se decide a roubar novas terras às unidades de produção, lançando mão para o efeito de flagrantes ilegalidades, onde não faltam os casos de corrupção de funcionários das Direcções Regionais de Agricultura.

Por outras palavras, do que se trata é da entrega de terras, a agrários que a elas não têm direito e que ainda por cima já são detentores de anteriores reservas.

Vejam alguns exemplos que atestam esta ilegalidade e comprovam a cumplicidade do Governo dirigido por Mário Soares:

Na UCP «Povo Alcaçoven-se» o MAFA propunha-se entregar ontem, quarta-feira, 309,5 hectares e 90 999 pontos nas herdades Seixinha Seixo e Sobral ao agrário Alberto Mugna Fragoço Fernandes, quando este e um seu irmão já haviam recebido uma reserva conjunta de 244,5 hectares em Fevereiro de 1981. Não contentes com o seu domínio os dois manos recorreram agora ao Ministério da Agricultura do PS/PSD que resolve satisfazer-lhes a pretensão de duas reservas, isto quando a própria auditoria jurídica do MAFA reconhece que os agrários em questão não preenchem os requisitos necessários para terem direito a reservas duplas.

Como se vê um caso a merecer a atenção da chamada Alta Autoridade, tanto mais que toda a ilegalidade, conforme denunciam os trabalhadores, foi cozinhada na Direcção Regional da Agricultura do Alentejo por «um tal engenheiro Rosário, coordenador dos serviços de reservas, que ainda há dias foi visto a visitar o local da reserva com o respectivo agrário», aliás pessoa bem benemerita que a exemplo de outros reservatários, «abastece regularmente de produtos agrícolas» o senhor engenheiro.

Tudo simples, não é? Diriamos mesmo uma limpeza. A concretizar-se esta reserva são

apenas 8 postos de trabalho que se perdem, 400 ovelhas que ficarão sem pastagem e a cooperativa sem uma malhada para 40 porcos.

Mas durante a semana corrente já se registaram mais casos. Na UCP «Estrela do Sul», em Montemor-o-Novo, estava prevista para segunda-feira passada a entrega de 301 hectares aos agrários Rosado Pereira, reserva esta que se vinha juntar a uma outra de 300 hectares oferecida em Julho de 80.

A UCP «Margem Forte», em Évora, encontrava-se também nos horizontes do MAFA. Para terça-feira, estava aprovada a entrega de 109 hectares, na herdade de Fontalva, à família Olho Azul, quando estes, após acordo com a Cooperativa, tinham já recebido uma área de reserva de 250 hectares em Outubro de 78.

É o ver quem saca mais... ou, mais propriamente, a política do Governo PS/PSD vista à transparência.

Uma política crescentemente posta ao serviço dos agrários sabotadores, capitalistas, intermediários e toda a casta de exploradores.

Razões fortes, pois, para prosseguir a luta contra esta política de destruição, «por uma política e um governo democrático» que sirva os trabalhadores e o País.

## Eleições em Folgosa-Maia

Das eleições de 1982 resultou em Folgosa — Maia, uma Junta com presidente AD, secretário PS e tesoureiro APU. Apesar das diferenças este executivo funcionou, entendendo-se no essencial por isto a resolução dos problemas da freguesia.

Só que, na altura em que a Junta se viu obrigada, em função dos interesses do povo da freguesia, a denunciar à Câmara Municipal da Maia as irregularidades do vereador da AD, Luciano Gomes, morador em Folgosa e cujos projectos de obras a Junta pedira já um inquérito, responsabilizando este técnico por diversos escândalos que colocavam os serviços técnicos da Câmara em total descrédito — as pressões para o silenciamento começaram a ser muito fortes. Ao secretário da Junta (PS) o seu próprio partido pediu que se demitisse.

#### Folgosa — moeda de troca

Este empenhamento do PS em defender um vereador da

AD à custa do silenciamento do seu próprio representante na Junta de Folgosa tinha, tal como a APU oportunamente denunciou em comunicado distribuído à população, um forte motivo. É que os vereadores do PS defraudaram em 6 mil contos os Serviços Municipais da Maia ao fazer um desconto ilegal numa comparticipação para obras a uma empresa imobiliária, a Porvenc, de que é sócio o ex-presidente da Câmara e cabeça de lista do PS nas últimas eleições, Jorge Catarino. Tal vigarice passou na Câmara porque a AD fez vista grossa. Mas o silêncio das irregularidades denunciadas pela Junta de Folgosa em relação a um vereador da AD era a moeda de troca. Só que em Folgosa a «lei da rocha» não passou e PS e AD combinaram-se para fazer cair a Assembleia de Freguesia e provocar novas eleições, deixando mãos mais uma vez a diversas irregularidades, desde o encerramento precipitado da Junta até à demissão forçada

dos membros da Assembleia de Freguesia.

Em todo este processo a APU defendeu a não paralisação da Junta e lutou para que importantes obras em curso, como a rede de água, melhoramentos nas escolas, iluminação pública e contentores de lixo, pavimentação de ruas, não viessem a ser interrompidas. Realizou uma sessão na Junta de Freguesia esclarecendo todo o obscuro processo de que em última análise fora vítima a população da freguesia.

As eleições estão marcadas agora para 18 de Março, tendo sido formada uma comissão administrativa com um elemento de cada força partidária (AD, PS, APU).

Foi já entregue a lista da APU, que será de novo encabeçada por Italo Soares, tesoureiro da Junta no anterior mandato e que desde sempre resistiu a todas as pressões e corajosamente assumiu a defesa dos interesses do povo de Folgosa.

Concorrerão ainda listas do PS e UD (PPD+CDS).

## Plenário em Coimbra

Realizado no passado sábado em Coimbra, com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política, o plenário dos eleitos da APU no concelho discutiu e traçou linhas de trabalho local, quer em relação às grandes questões que ameaçam nacionalmente a autonomia e intervenção democráticas do Poder Local, quer o seu reflexo no concelho e na luta que os eleitos e activistas da APU ali têm travado e que, sobretudo, estão determinados a reforçar e melhorar.

Detendo-se na análise da ofensiva legislativa do Governo já conhecida como «pacote autárquico» e nomeadamente na «mistificadora transferência de competências» que o Governo se prepara para passar para as autarquias, o plenário incluiu nas conclusões divulgadas no final a «exigência de um verdadeiro debate público sobre a legislação que irá ser submetida à aprovação na AR e sobre a qual os órgãos de Poder Local, nomeadamente as Assem-

bleias Municipais, se devem pronunciar previamente».

O encontro deu naturalmente particular atenção aos problemas que afectam o concelho de Coimbra: em primeiro lugar, o esbulho de verbas em virtude do não cumprimento da Lei das Finanças Locais, assim como a anunciada (para 1985) «taxa municipal de transportes», em substituição da qual a APU de Coimbra reivindica que, à semelhança do que se pratica em Lisboa e no Porto, o Governo confirme a prometida indemnização compensatória aos transportes.

No que respeita à Câmara, o encontro considerou «premente a reestruturação dos Serviços de Obras e Urbanização, no sentido da prestação de um melhor serviço aos munícipes», e também como contributo para «pôr cobro a situações de manifesta corrupção existentes no Município». Exigência é também que o executivo camarário, nas suas relações com os outros órgãos

autárquicos, mantenha um comportamento que dignifique todos os órgãos e estruturas do Poder Local.

Uma outra parte importante do debate havido (e das conclusões) diz respeito à actividade da APU: da melhoria da informação às populações, do reforço dos contactos entre os eleitos dos diversos órgãos (Câmara, Assembleia, Juntas) «com vista a um melhor conhecimento dos problemas e a melhoria do trabalho nos órgãos em que cada um se acha inserido»; da importância da realização periódica destes plenários — quer como forma de melhorar o trabalho dos eleitos, quer como apoio ao trabalho desenvolvido.

Sublinhava-se finalmente nas conclusões que os eleitos da APU estão «na primeira linha de apoio às posições dos eleitos de outras forças políticas que estejam, como nós, interessados na procura de soluções para os problemas das populações».

dirigido contra a autonomia e a capacidade de intervenção do Poder Local.

Na preparação do encontro, numerosas reuniões com eleitos e activistas da APU, quer nas freguesias rurais, quer nas freguesias urbanas, têm permitido debater os muitos problemas que afligem as populações e as formas de lutar pela sua solução, «num concelho em que a CM, de maioria absoluta PS, não responde minimamente às necessidades básicas das populações».

## Encontro em Santarém

Defender os interesses das populações, desenvolver com elas o diálogo dos eleitos, reforçar a organização da APU e a sua influência no concelho são os objectivos fixados pela Comissão Concelhia de Santarém do PCP ao promover, no próximo domingo, um encontro dos eleitos e activistas da APU nas autarquias de todo o concelho.

O encontro, que decorrerá a partir das 10 horas na zona do Artesanato da Feira Nacional de Agricultura, integra-se num

conjunto de iniciativas preparatórias do VI Assembleia Concelhia do PCP, a realizar proximamente.

O Executivo da Comissão Concelhia de Santarém sublinha, em nota distribuída à imprensa, a oportunidade do encontro e a sua importância para a defesa dos interesses das populações «numa altura em que o Governo PS/PSD está na ofensiva contra o Poder Local, nomeadamente através de um pacote de leis sonegado à discussão nos órgãos autárquicos», objectivamente

## Campo de Férias

## Ainda têm três semanas!

Campo de férias é uma trivialidade em vastas zonas do mundo. Há mesmo quem os usufrua com a naturalidade dos actos domésticos, inscrevendo-os na rotina de agenda ou nas opções displicentes. Gozando neles as férias que se planearam, é claro. E neles fruindo a margem de imponderabilidade que dão «sai» às férias que se prezem.

Tratando-se de férias de crianças as coisas fiam ainda mais fino — ou com outro «campo», se quisermos progredir numa linguagem de veraneio. Ai — nas mesmas vastas zonas do mundo — os cuidados redobram e as atenções multiplicam-se. Ao ponto de se considerar um privilégio a preferência das crianças por este ou aquele «campo».

Entrados neste campo, necessário se torna recordar que o nosso País não partilha por enquanto a geografia dessas tais «vastas zonas do mundo» com socialistas de lazer assim tão à boca de cena. Tão «a campo», se se quiser. Pelo que...

## Pioneiros de Portugal



Pelo que importa sublinhar, por um lado, que tal falha nacional nada tem a ver com incapacidades atávicas ou sinas a patoca — resulta simplesmente das gentes e dos gestos (todos políticos) que caldearam a nossa actual governação. Por outro que (a História o diz) em Portugal não se come eternamente as papas na cabeça do pessoal. Sempre se resistiu, (re)construiu, criou. Se investiu no futuro cuidando da transformação do presente.

É aqui que entra o projecto do «Campo de Férias para os Pioneiros de Portugal». Que irá ser construído a partir de uma Campanha Nacional de Fundos, a qual terminará no próximo dia 29 de Fevereiro. Pelo que ainda têm, camaradas e amigos, três semanas para enviar as vossas contribuições para a CASA DO PIONEIRO — Rua Professor Lima Bastos N.º 140, 1.º — LISBOA.

Trabalhadores

# Greve na Função Pública

## Contra um falso acordo elevada participação

- Fesap/UGT: a voz do dono
- Frente Comum: continuar a luta
- Sinal da adesão: 70% nas autarquias locais

A Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública no seio da qual foi escolhida a comissão negociadora sindical mais representativa dos TFP, que saúda «todos os trabalhadores da administração central, regional e local, professores, enfermeiros, médicos, judiciais» pela participação na greve de 24 horas da sexta-feira passada, enviou à presidência do Conselho de Ministros uma carta reclamando o reinício das negociações da matéria salarial e legislativa que o Governo pretende impor aos TFP através dos divisionistas da Fesap. Justificando a greve e o seu êxito, a Frente Comum sublinha que «a luta dos trabalhadores da Função Pública vai continuar» após a «forte adesão» de sexta-feira que, «embora variável de sector para sector, atingiu em muitos locais de trabalho, a maior expressão de sempre».

De entre numerosas iniciativas com destaque para os professores, além de ter solicitado ao ministro Almeida Santos

«uma reunião para debater a continuação das negociações», a Frente Comum decidiu «informar a Presidência da Repú-

blica, os grupos parlamentares e comissões da Assembleia da República e o Conselho Nacional do Plano da actuação do Governo e das propostas em confronto, continuando a tudo fazer para garantir a defesa do poder de compra dos trabalhadores e aposentados da Função Pública e para impedir que se concretize a alteração do regime do subsídio de refeição».

Entretanto, o diploma dos salários e a restante matéria do «acordo/UGT» serão chamados à Assembleia da República para ratificação, se as diligências sindicais nesse sentido

tiverem a prática exigida pela Convenção da OIT.

### Menos 9 contos na «licença de maternidade»

O «acordo» subscrito pelos secretários de Estado da Administração Pública, das Finanças e do Orçamento com a Fesap diz no ponto 4 (relativamente ao subsídio de refeição) que o «aumento de 90 para 150 escudos» apenas se torna aplicável «com alteração de esquema de pagamento, passando só a ser pagos os dias de trabalho efectivo, sendo salvaguardadas todas as condições de horário especial, nomeadamente o caso dos professores e do trabalho por turnos». Cita-se textualmente todo o ponto, incluindo os erros da gramática «legislante», porque o alcance da medida vai mais longe do que inicialmente se previa.

Diz a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública que o «acordo histórico-Governo/UGT» «rouba a cada mulher trabalhadora nove mil escudos por cada parto, visto não lhe ser concedido durante a licença de maternidade o subsídio de refeição».

O ponto 4 do subsídio retira «um direito adquirido, desde 1977, pela luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos».

Recorde-se que 60 por cento dos TFP são mulheres e que as Convenções 102 e 103 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) recomendam que as prestações de segurança social sejam pagas durante o período da maternidade e da interrupção do trabalho por motivo de parto.

### Serão mesmo 18,5%?

A Fesap/UGT faz gala em destacar que a «massa salarial» aumentou 18,5 por cento.



### Lutas no Ensino

Um extenso calendário de lutas foi aprovado pela Assembleia Geral do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Reunido em 31 de Janeiro, os dirigentes sindicais decidiram «prosseguir a acção e adoptar novas formas de lutas em defesa das condições de vida dos docentes e pela concretização dos objectivos reivindicativos específicos», que o Ministério da Educação deve urgentemente resolver. O SPGL, que participou activamente na greve do dia 3, marcou «uma semana de luta (13 a 18 de Fevereiro)» que incluirá acções de esclarecimento da opinião pública, assembleias de delegados sindicais por sector (14 de Fevereiro), reuniões em todas as escolas, ao abrigo da lei sindical, no dia 17. A Assembleia mandou a direcção do SPGL para apresentar as perspectivas de luta aprovadas em Lisboa «aos restantes sindicatos membros da FENPROF, na convicção de que na unidade nacional dos professores está a sua força. Entre essas perspectivas estará, nomeadamente, a realização de uma manifestação nacional do ensino (professores, restantes trabalhadores das escolas, estudantes) em Lisboa», afirma a direcção do SPGL em comunicado de 1 do corrente.

Fazendo as contas ao «acordo», o total dos aumentos não andam realmente longe dessa percentagem atingida, ainda assim, pelo mérito da luta sindical e não pelo conluio UGT.

A tabela salarial aumentou 16,3 por cento, o subsídio de refeição passou de 90 para 150 escudos, as ajudas de custo subiram 23 e 24 por cento para o País e o estrangeiro, respectivamente, e na ADSE (ajuda na doença) os aumentos foram de 20 por cento.

Estas percentagens estão porém longe de corresponderem aos aumentos de preços previstos para este ano. Não repõem sequer uma pequena parcela do poder de compra entretanto desaparecido na vo-

ragem inflacionista. Além dessas e muitas outras omissões graves, que são remetidas pelo Governo para análise posterior, como seja a questão das carreiras, o «acordo» lesa profundamente os aposentados, cujos aumentos tinham até agora acompanhado os do activo. E foi assim «mercê da luta desenvolvida pelos Sindicatos da Função Pública», como lembra a proposta a Federação Nacional, que além da Fesap acusa o Governo de fazer «tábua rasa da 63.ª das 100 medidas do PS, que diz textualmente: **Indexação das reformas e pensões, em relação aos aumentos salariais das respectivas categorias profissionais.**»

Por outro lado, convém alertar desde já para a possibilidade, de não tão remota como isso, de o Governo subir os descontos dos TFP, designadamente para o Montepio Geral e a Caixa Geral de Aposentações. Baseada num diploma aprovado pelo Governo, mas ainda não publicado e não em vigor à data da assinatura do «acordo» Governo/UGT, a aprovação da nova tabela salarial e o pacote legislativo que a acompanha devem passar, segundo a maioria dos sindicatos, por negociações autênticas e que ponham de lado a conveniência com «filhos políticos-partidários». De outro modo, e pelo menos, não lhe chamem nem acordo nem negociação.



Os TFP, que participaram na jornada nacional de luta, designadamente nas manifestações (Lisboa, na foto), mostraram na greve do dia 3 a capacidade de mobilização e de luta dos seus sindicatos. «Centenas de escolas, Câmaras, creches, repartições fecharam as portas e grande parte dos organismos da Administração Central funcionaram em condições deficientes. Particular relevo teve a greve nas autarquias locais, onde a adesão nacional foi da ordem dos 70 por cento; no ensino primário, onde a adesão foi a maior de sempre; e em importantes organismos da Administração Central — casos da Junta Autónoma das Estradas/Portagens, dos Matadouros e das Caixas de Previdência não integradas», destaca a Frente Comum.

## Factos e datas

Inicialmente pelo lado sindical entabularam negociações a Frente Comum (29 sindicatos e 2 federações), a Fesap/UGT (27 agremiações com predomínio do ramo «escritórios») e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. A parte governamental estava representada pelos secretários de Estado da Administração Pública e do Orçamento. O primeiro-ministro e o ministro de Estado, Almeida Santos, participaram separadamente em algumas reuniões e foram objecto de outras diligências sindicais. O primeiro recebeu a Fesap e o segundo a Frente Comum. Iniciativas unitárias esbarrraram com a intransigência do chefe do Governo, que se recusou mais que uma vez a receber as associações sindicais representativas. Uma concentração em frente à residência oficial levou dirigentes e delegados sindicais à polícia e ao tribunal.

As negociações, contra a vontade dos sindicatos unitários e da respectiva comissão negociadora sindical, começaram tarde e a má hora. A diligência unitária para que as negociações começassem antes de aprovado o Orçamento do Estado para 1984 foi recu-

sada pelo Governo. Em 23 de Novembro do ano findo o secretário de Estado da Administração Pública não aceitava qualquer data para o início das negociações. Mas no mesmo dia, recebendo a Fesap/UGT, esta considerava «satisféias as reivindicações principais».

Em 8 de Dezembro findo, o ministro de Estado, Almeida Santos comprometeu-se perante dirigentes sindicais a abrir as negociações antes do Natal. No dia 6 eram absolvidos em Lisboa, os dirigentes, delegados e activistas sindicais detidos por se concentrarem em frente à residência oficial do chefe do Governo, reclamando uma audiência, ou a entrega de documentação sobre as 12 medidas para a FP, com destaque para a regulamentação do direito à contratação colectiva, que o Governo iludiu através de um diploma (ainda não estava em vigor no momento da assinatura do acordo com a Fesap em 2 do corrente) que valeria apenas como «recomendação». Em 15 de Dezembro, a Frente Comum, considerava «uma farsa», as disposições tomadas pelo Governo sobre contratação para a FP.

Os sindicatos unitários da Função Pública e a respectiva Federação, que interveio em todo o processo, protestam contra o pacote legislativo acabado de aprovar pelo Governo, enquanto o secretário de Estado da Administração Pública recebe o «Sintap» (21 de Dezembro).

Entretanto é anunciada a criação de um «Conselho Permanente da Concertação Social» que o Governo oficializou com o protesto da CGTP. A central recusou-se a participar num organismo que se limitará a ser, quando muito, um porta-voz do Governo, como tem sido a UGT sempre que estão em jogo interesses, direitos e garantias dos trabalhadores.

Em 25 de Janeiro é marcada para 3 do corrente uma greve nacional de 24 horas na Função Pública, que veio a efectuar-se com larga adesão, horas depois de assinado aquilo a que o Governo e a Fesap/UGT consideram um «acordo» e ainda por cima «histórico», sem nele serem contempladas as reivindicações mais elementares, apresentadas pelos representantes eleitos da maioria dos TFP.

## Pela boca morre o peixe

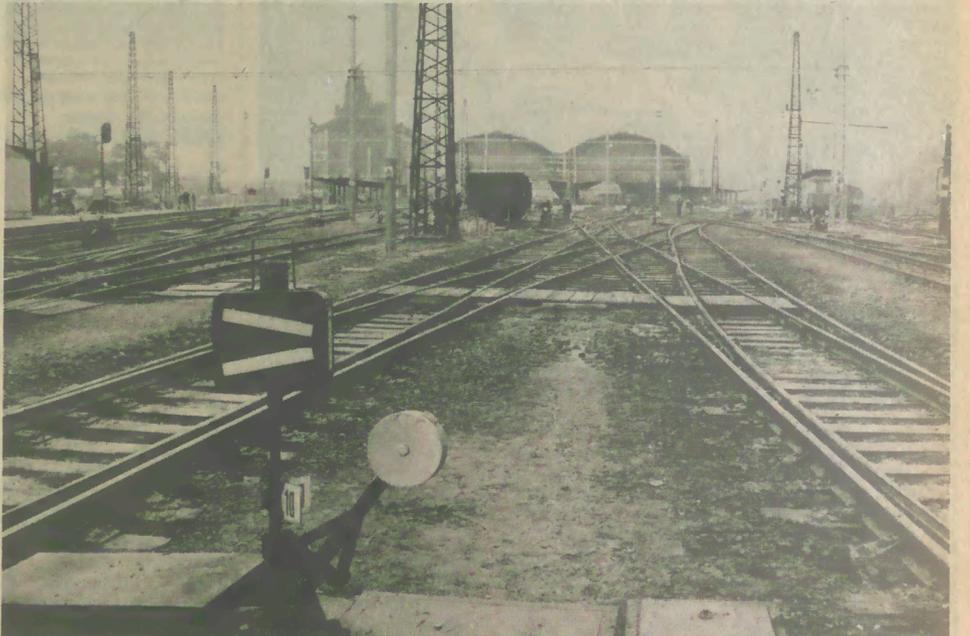
O Sítese/Fetese (Escritórios: sindicato e federação) mostra-se entusiasmado com «o melhor acordo possível» entre o Governo e os representantes dos interesses governamentais em sindicatos que por abuso se proclamam com legitimidade para assinar sozinho um acordo com o alcance do que foi anunciado quinta-feira passada para os trabalhadores da Função Pública, horas antes de iniciada a greve no sector. Mas como um entusiasmo nunca vem só, o Sítese/Fetese, organização que se reclama representativa dos «serviços e do comércio», ultrapassa-se também em algumas lamentações.

O Governo talvez não aprecie tamanho zelo, como o que vem implícito na proclamação da maior estaca da UGT. Referindo-se às «negociações» (as aspas são tanto mais necessárias quanto maiores são as lacunas do comunicado) o Sítese recorda que as mesmas decorreram «com grande falta de informação objectiva e fiável (é como lá está) sobre os assuntos objecto de negociação». A redacção da prosa laudatória tem a má qualidade suficiente para não se perceber se as «negociações» são as do acordo ou do Orçamento do Estado. De um modo ou de outro, é de negociações ou de negociação que se trata — não do Orçamento. Ora, se não houve informação fiável e se fiável quer significar por exemplo idónea, vem assim o Sítese/Fetese confirmar publicamente que, em troca de uns 18,5 por cento (aumento registado na massa salarial) conseguido por mérito alheio e depois de convocada a greve a que não aderiu, se conluio com o Governo, para impor — e não para negociar — o «acordo histórico» de 2 do corrente. São muito pouco **fiáveis** as palavras dos dirigentes UGT do Sítese/Fetese e nenhuma das razões idóneas para o entusiasmo manifestado pelo acordo imposto aos TFP pelo Governo e pela Fesap, encabeçada pela Fetese. Pela boca morre o peixe. Mas neste caso de oportunismo lamentável nada vale o frete: nem o isco, nem o peixe.



### Ainda a EPAC e a RTP

Associações sindicais representativas dos trabalhadores da EPAC, incluindo a Federação Nacional dos Sindicatos dos Quadros, o Sindicato dos Agentes Técnicos Agrícolas, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços e a CT da empresa, que anunciaram para ontem, dia 8, «um debate público sobre a política do Governo» no que respeita à «liberalização do comércio de cereais, das ramas de açúcar e das oleaginosas», protestaram junto do Conselho de Informação para a RTP pela «parcialidade» com que foi organizada a «mesa-redonda» de 10 de Janeiro no programa «Primeira Página». Segundo aquelas organizações, esse programa não constituiu «um debate susceptível de esclarecer os diversos sectores interessados nesta matéria», nem tão-pouco a opinião pública. Tratou-se de «um acto publicitário repleto de «slogans», que podem soar bem a pessoas menos avisadas, mas que têm pouco a ver com a realidade nacional».



## Anunciada para hoje greve na CP

«Durante três dias consecutivos, em cerca de 2000 plenários de empresa, em numerosas paralisações de sector e região, em centenas de acções de esclarecimento público, em 24 manifestações de rua por todo o País — englobando a participação de mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores — a jornada nacional de luta entre 26 e 28 de Janeiro «demonstrou inequivocamente que a política do Governo está condenada ao fracasso e que se impõe a sua substituição», reafirma-se nas conclusões da reunião da comissão executiva da CGTP efectuada no último fim-de-semana em Lisboa para fazer o balanço daquela acção nacional. «Cada ofensiva deste Governo encontrará pela frente uma barreira de luta», sublinham os dirigentes da Central. Entre outras iniciativas, movimentações, protestos e acções de luta destacam-se esta semana a greve marcada para hoje na CP das zero às 24 horas, a luta na Marinha Grande pelos salários em atraso designadamente na IVIMA, e em numerosas empresas e sectores, como a Sorefame, FEIS, EPNC, CEL-CAT, Simões e Ca., Petrolgal, MDF, trabalhadores do comércio do Porto, Jornalistas, gráficos, SATA (Açores) CIUP (Centro de Informática da Universidade do Porto), hotéis Ritz e Embaixador, Anop, metalurgia e metalomecânica, Sumol, CIVE, Matias, Morais e Crisal (vidreiras da Marinha Grande).

## Internacional

# GUERRA NO LÍBANO

## À beira do confronto total

A demissão do primeiro-ministro libanês, Shafic Wazzan, e do seu governo, no domingo passado, criou no Líbano uma situação qualitativamente nova cujo resultado pode contribuir de forma decisiva para a derrocada final do poder da direita nacional.

Como se esperava desde o início, as tentativas de reconciliação nacional empreendidas após a saída das forças palestinas de Beirute, fracassaram. As remotas possibilidades de um acordo entre a direita libanesa e as forças progressistas, apenas possível com uma partilha equilibrada do poder com base na defesa do interesse nacional, confrontava-se à partida com elementos contraditórios e mesmo inconciliáveis. Seria necessário que a direita não fosse a direita, não estivesse enfeudada a interesses estranhos ao Líbano e tão desesperadamente apegada ao poder para que abrisse mão das prerrogativas conseguidas pela força de anos e anos de guerra civil; seria necessário acreditar que Amin Gemayel, representante do grande capital libanês, apoiado pelo imperialismo norte-americano e pelo sionismo, poderia ser sensível à gravidade da degradação da

situação libanesa que põe em perigo a própria existência do Líbano como nação, sem estar completamente isolado num beco sem saída.

Eram esperanças a mais para tão frágeis bases. O fracasso das negociações de Genebra teve no entanto a particularidade de forçar a clarificação de posições.

As forças multinacionais presentes em Beirute, particularmente as francesas e norte-americanas, envolveram-se directamente nos confrontos, tomando posição ao lado do exército regular libanês dominado pelas milícias cristãs de Amin Gemayel. O desenvolvimento de acções concertadas com as tropas israelitas que ocupam o sul do Líbano foram o toque de finados para a auto-proclamada missão de paz que os Estados Unidos e a França procuram justificar perante a opinião pública e os respectivos povos a sua presença na

quele país do Médio Oriente.

Uma presença cuja contestação subiu de tom na razão directa do número de vítimas francesas e norte-americanas na sequência de acções de retaliação por parte das forças progressistas libanesas e sírias, que assim davam a devida resposta aos ataques de que tinham sido alvo.

As sucessivas tentativas de diálogo e as repetidas declarações de cessar-fogo entre as forças libanesas terminaram sempre no recrudescimento dos combates. As tentativas de Amin Gemayel para cozinhar um acordo que amarrasse a Frente Patriótica de Salvação Nacional (que inclui entre outros os partidos Socialistas Progressistas e Comunista Libanês) e o Movimento Shiita Amal a um governo dócil à minoria cristã falangista, tal como a «fusão» dos movimentos armados sob a direcção das forças falangistas, não podiam de facto chegar a qualquer acordo digno de nome. A insistência na continuação das ditas forças multinacionais no Líbano constituiriam mais um factor de divisão que Gemayel não pode dar-se ao luxo de dispensar, já

que são na prática o seu único apoio para a manutenção do poder.

Não é pois de estranhar que a situação tenha atingido um grau de degradação impossível de manter. A demissão do governo de Wazzan, na sequência de um apelo do movimento Amal aos membros muçulmanos do governo e do exército para que isolem os falangistas, foi a gota de água que poderá fazer transbordar definitivamente a taça da guerra libanesa.

### Depois de mim o dilúvio

A demissão de Amin Gemayel, a organização da resistência contra a ocupação sionista no sul do Líbano, a anulação do tratado israelo-americano-libanês de Maio de 1983, o cessar-fogo global e total, a não participação do exército nos conflitos internos e a saída da força multinacional do Líbano, constituem os seis pontos do plano para o restabelecimento do diálogo aprovado na passada sexta-feira pelos principais dirigentes da Frente Patriótica de

Salvação Nacional, que conta com o apoio do movimento Amal.

As reacções a este plano não se fizeram tardar. Primando pela falta de originalidade, o presidente Gemayel declara em entrevista a um jornal norte-americano que a sua substituição não se faria por outro presidente mas por um conselho revolucionário sob as ordens de Moscovo ou pelo caos.

Depois de mim, o dilúvio — é o que dizem sempre todos os ditadores.

Nos Estados Unidos, o vice-presidente George Bush declarou que «não há razão para sermos excessivamente pessimistas pelos sucessivos combates em Beirute e pela crise política que se agudizou (no domingo) com a renúncia do governo libanês». Segundo Bush, as tropas norte-americanas não retirarão do Líbano enquanto não se conseguir um processo de reconciliação interna, de retirada de todas as forças e de consecução de garantias de segurança... para Israel!

Costuma-se dizer que pela boca morre o peixe... Os Esta-



Beirute, uma cidade em ruínas à beira do confronto total

dos Unidos propõem-se ser os últimos a sair para que sejam os últimos a ter a palavra. Para defender os interesses dos libaneses? Que ideia! Para defender os interesses de Israel, que é como que diz os seus.

Quanto aos israelitas que ocupam o sul do Líbano também não se podia esperar maior clareza: na ausência de um acordo com o governo libanês, na provável queda de Gemayel, Israel vai encarregar-se sozinho de controlar as

questões de segurança do sul do Líbano, dispensando formalidades.

Trata-se na prática da rotura total. A manterem-se no Líbano todas as forças actualmente em presença, a guerra envolverá-las a todas, sem excepção, numa batalha decisiva. O que será mau para Mitterrand, péssimo para Reagan em ano de eleições e corrosivo para o já mais que debilitado governo sionista. Os governos de Itália e Inglaterra,

terra, a braços com os seus próprios problemas internos, não sairão reforçados de Beirute.

Como afirmou Walid Jumblat em recente entrevista ao jornal italiano «La Repubblica», a guerra do Líbano é um assunto interno que não admite interferências do Ocidente. Se os Estados Unidos não mudarem a sua política no Líbano e em todo o Médio Oriente — salientou — haverá um novo Vietname.

## EUA e URSS



## Dois orçamentos militares

### Duas políticas opostas

O Senado e o Congresso norte-americanos acabam de aprovar o projecto-lei de orçamento militar proposto por Reagan para o ano financeiro de 1983-84. É um orçamento monstro. As despesas militares (que aumentaram uma vez e meia desde que Reagan está no poder — sendo já anteriormente elevadas) representam 29 por cento do OGE, devendo atingir os 36 por cento em 1985. Pouco antes, um relatório da NATO, citado pela France-Presse, constata que a taxa de crescimento das despesas militares da União Soviética, diminuiu desde o fim dos anos 70. Concretamente, e segundo elementos da comissão económica da NATO, as despesas militares da União Soviética, entre 1976 e 1982, aumentaram, em termos reais, menos de 2,5 por cento ao ano, enquanto, segundo os números da mesma comissão, no início dos anos 70, a mesma taxa oscilava entre os 4 e 5 por cento.

Digamos que o contraste flagrante não é surpreendente. Mesmo tendo em conta o esforço militar imposto à União Soviética e à comunidade socialista (onde tal esforço não traz lucros a ninguém — pelo contrário) — pela pretensão imperialista de conquista da superioridade militar. Mas é sem dúvida um contraste elucidativo. Que reflecte interesses e práticas políticas diametralmente opostas. Que por sua vez traduzem as opções de sistemas em que o poder está na mão de classes antagónicas. Ou seja, dum lado o capital, que buns lucros — políticos e económicos — tira da corrida aos armamentos (o valor das acções de oito das maiores empresas de material de guerra aumentou — em relação a 1977 — em média, 82 por cento). De outro um governo de trabalhadores, para quem a guerra foi sempre um flagelo.

### Argumento militar prática política

As contas para despesas militares feitas do lado de lá do Atlântico têm a sua lógica.

El Salvador, os bandos terroristas afegãos.

E a preparação das grandes guerras, «limitadas» ou «prolongadas». Na terra ou no espaço. Os novos mísseis que estão a ser implantados na Europa da NATO. As novas armas para os EUA, o reforço do equipamento dos seus corpos militares, a formação de outros corpos especiais de intervenção rápida.

Segundo foi afirmado pelo secretário da Defesa, Caspar Weinberger, a parte de leão das verbas inscritas no novo orçamento militar destinam-se, prioritariamente à construção de 40 mísseis nucleares estratégicos «MX», de um submarino lançador de mísseis «Trident», a 34 bombardeiros «B1-B». E ainda aos projectos espaciais, as armas químicas, os sistemas anti-mísseis.

Números e factos que inapelavelmente reflectem uma política agressiva, de pretensão ao domínio mundial. O objectivo é «o rearmamento dos Estados Unidos» — afirmou com clareza bastante, Weinberger.

### Não à força militar como política estatal

«Quero reafirmar que a União Soviética está pronta a resolver o problema dos armamentos nucleares na Europa, unicamente numa base construtiva e mutuamente aceitável, para tal é necessário apenas uma coisa: antes que

seja tarde, os EUA e a NATO devam demonstrar a sua disposição para regressarem à situação existente antes do início da instalação dos «Pershing-2» e dos mísseis de cruzeiro. Colocamos esta questão perante os EUA e os seus aliados da NATO porque queremos evitar mais uma espiral da corrida aos armamentos, desta vez a um nível novo e mais perigoso, que conduz ao crescimento da tensão e da instabilidade na Europa» — disse em entrevista ao «Pravda», o dirigente soviético Iuri Andrépov. Entrevista de que as respostas foram aprovadas pela Comissão Política do PCUS, como expressão da orientação fundamental da política externa da União Soviética.

O que resumidamente significa que, para a União Soviética — e como a sua política política inequivocamente o demonstra — o diálogo não só é possível, como indispensável. Mas diálogo construtivo, ou seja, diálogo em que o objectivo seja de facto trazer a corrida aos armamentos e não dar-lhe cobertura.

E Andrépov exemplifica. «Caso os Estados Unidos, por exemplo, se comprometessem, à semelhança da União Soviética, a não proceder ao primeiro golpe nuclear, isso já influenciaria, grandemente, o clima internacional e o ambiente das nossas relações. Que significaria isso na prática? As duas maiores potências recu-

sam-se a empregar armas nucleares uma contra a outra. Isto quer dizer que não haverá nem o primeiro golpe nuclear, nem os posteriores.

«Caso os países da NATO concordassem com a proposta dos Estados da Organização do Tratado de Varsóvia de não utilizar a força militar, uns contra os outros, isso também aumentaria em muito o grau de confiança na Europa e em todo o mundo.»

Propostas claras em que diálogo significa medidas concretas pela Paz, pela melhoria do tenso clima internacional actual. Propostas que inevitavelmente seriam compreendidas e aceites pelos povos de todo o mundo. Porque integralmente coincidem com as suas exigências, com os princípios que norteiam a sua luta, em particular o movimento pela Paz.

Por isso mesmo, a resposta do imperialismo é, de par da corrida aos armamentos, a guerra psicológica: ou seja convencer — com actos agressivos — das suas boas intenções pacíficas. O aumento das verbas destinadas a tal guerra para moldar a opinião pública, só são comparáveis, como foi recentemente assinalado por «Le Monde Diplomatique», ao incremento das despesas dos EUA com a corrida aos armamentos. Mais um facto a testemunhar do conteúdo antipopular da política imperialista.

## Solidariedade com Moçambique!

As cheias provocadas pelo ciclone «Domoina» que desde o princípio do mês assola Moçambique, a Suazilândia e a África do Sul fizeram já centenas de mortos, um número indeterminado de feridos e desaparecidos e milhares de desalojados naquelas regiões da África Austral.

As intensas chuvas que originaram as cheias dos rios afectaram em particular a rica região agrícola do vale de Umbeluzi, em Moçambique, cuja produção está dada como perdida. A morte de milhares de cabeças de gado, a destruição de habitações, os cortes de

energia, a impossibilidade de fornecimento de água potável, inclusive a Maputo, são alguns dos aspectos mais graves do drama que afecta o povo moçambicano.

Esta situação agudiza ainda mais as já difíceis condições de vida de Moçambique, em cujas províncias meridionais se regista há quatro anos consecutivos uma seca excepcional. A fome provocada pela seca, que as autoridades moçambicanas têm tido dificuldade em combater devido às constantes sabotagens dos grupos reaccionários, junta-se agora o problema das cheias, de efeitos

não menos devastadores.

A solidariedade internacional, nomeadamente no fornecimento de alimentos, medicamentos e abrigos para as populações desalojadas é um imperativo de todos os povos e de todos os países. Uma solidariedade que terá de ir além das meras manifestações de pesar, como parece ser o caso do Governo PS/PSD.

Uma solidariedade tanto mais necessária quanto as previsões dos serviços especializados, no início da semana, apontavam para um possível agravamento da situação, já que as

chuvas continuavam a cair, em particular no sul de Moçambique.

Para além dos prejuízos causados pelo fenómeno natural, Moçambique está por outro lado ameaçado com a possibilidade de as autoridades da África do Sul abrirem temporariamente as comportas da barragem de Pongola Port, na província do Natal, o que a verificar-se provocaria novas inundações no vale de Maputo.

A hora é de solidariedade. Da capacidade de resposta da comunidade internacional podem depender muitas vidas do povo moçambicano.

## PAZ

## Participação portuguesa numa batalha de todos os povos

No amplo movimento pela paz que se desenvolve a nível internacional o povo português participa de múltiplas formas. No plano nacional — em defesa da soberania do país, com variadas formas de protesto contra a política externa do actual Governo, de submissão aos ditames do imperialismo. No plano internacional, participando em diversas iniciativas contra a corrida aos armamentos, pelo desanuviamento político e militar.

Já este ano, em Janeiro, realizaram-se concentrações em Belém e na estrada de acesso ao cais da NATO, na Trafaria — formas de protesto contra a presença, no Tejo, de mais um submarino nuclear norte-americano —, manifestações convocadas pelo Movimento Nacional de Opinião Pública «Não às Armas Nucleares em Portugal» e pela Comissão de Paz de Lisboa.

Dias depois, os trabalhadores do Arsenal do Alfeite denunciaram em conferência de imprensa o aumento da repressão na empresa, que consideram ter como objectivo «criar condições para que os trabalhadores sejam dóceis e para que o Estaleiro seja posto ao serviço da NATO», acrescentando ainda que existem indícios de que serão feitas obras

nos mesmos Estaleiros com «o fim de se adaptarem às exigências da NATO».

### Movimentos da Paz reúnem em Atenas

Dia 6 de Fevereiro iniciou-se em Atenas a Conferência dos Movimentos da Paz pela Desnuclearização da Europa, promovida pelo KEADEA, movimento grego pela independência nacional, a paz mundial e o desarmamento, e que contou com o apoio e participação de todos os movimentos da Europa Ocidental e dos países socialistas.

Na Conferência participa uma delegação portuguesa, composta pelo marechal Costa Gomes (a primeira personalidade estrangeira a tomar a pala-

va nesta reunião internacional), Fernando Loureiro, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Rui Grácio, da Campanha Nacional de Desarmamento, e Helena Rato, do Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal.

Na sua longa intervenção, o marechal Costa Gomes salientou a gravidade e os perigos da actual situação internacional, e as possibilidades de lhe fazer frente.

«A tendência para a confrontação global atingiu o mais alto nível de perigosidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Paralelamente intensificaram-se os conflitos regionais e focos de tensão em diversos continentes. Os povos viram as suas legítimas aspirações à paz e ao progresso social postas em causa pelo recurso cada vez mais frequente à força ou à ameaça do uso da força... que atinge a sua máxima expressão na chantagem com as armas nucleares — afirmou Costa Gomes em Atenas. E salientou: «Os novos mísseis nucleares instalados na Europa Ocidental, reduzindo o tempo de ataque estratégico

de 28 minutos para cerca de 6 minutos, põem em causa a própria capacidade e função de dissuasão atribuídas até agora às armas nucleares... As negociações de Genebra ficaram subitamente sem razão de ser».

«Não há alternativa a negociações autênticas de desarmamento, que não devem servir de alibi ou cobertura ao super-armamento».

E porque não há alternativa — e disso se assume crescente consciência colectiva — a acção dos povos pela paz (incluindo a dos governos para quem a luta pela paz é nota determinante de toda a política externa) «alcançou uma tal expressão qualitativa e quantitativa, tornando-se mesmo, em alguns países, uma força política real e de peso, um factor do poder e da luta pelo aprofundamento de uma democracia autêntica, política, económica e social».

Ligação indissolúvel entre diversos objectivos e formas de luta, que se exprime também na multiforme luta popular em Portugal, de que o movimento pela Paz é uma componente.